

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

SABRINA ARAUJO CASTRO

**A ESTADUALIZAÇÃO DO COLÉGIO PARNAIBANO: fragmentos
históricos de uma instituição escolar (1959 – 1969)**

Parnaíba-PI
2010

Biblioteca UESPI - PHS
Registro Nº M 777
CDD 371.098.1228
CUTTER C 355 e
V _____ EX. 01
Data 05/07/12
Visto [assinatura]

230

1

11

1

11

11

11

SABRINA ARAUJO CASTRO

**A ESTADUALIZAÇÃO DO COLÉGIO PARNAIBANO: fragmentos
históricos de uma instituição escolar (1959 – 1969)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí- UESPI como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação do prof.^a Ms. Mary Angélica Costa Tourinho.

Parnaíba – PI
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO
HERNANDES ANDRADE SILVA CRB-3/936

C355e Castro, Sabrina Araujo

A Estadualização do Colégio Parnaibano: fragmentos históricos de uma instituição escolar (1959 – 1969) / Sabrina Araujo Castro. – Parnaíba: 2010.

54 f.

Trabalho apresentado como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba -2010.

Orientadora: Prof. Ms. Mary Angélica Costa Tourinho.

1. Parnaíba – Escolas. 2. Educação – Parnaíba. 3. Colégio Estadual Lima Rebelo. 4. Escola Pública. I. Título.

CDD – 371.098 122 8

SABRINA ARAUJO CASTRO

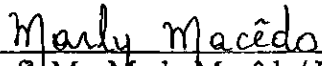
**A ESTADUALIZAÇÃO DO COLÉGIO PARNAIBANO: fragmentos
históricos de uma instituição escolar (1959 – 1969)**

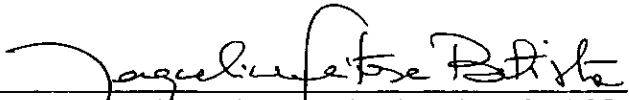
Trabalho de conclusão de curso apresentado
como exigência parcial para a conclusão do
curso de Licenciatura Plena em História, à
banca examinadora da Universidade Estadual
do Piauí - UESPI.

Aprovada em 23 / 07 / 2010

Banca Examinadora


Prof^ª. Ms. Mary Angélica Costa Tourinho/ UESPI - PARNAÍBA


Prof^ª. Ms. Marly Macêdo/ UFPI - CMRV


Prof^ª. Ms. Jaqueline Feitosa Batista/ UESPI - PARNAÍBA

Dedico este trabalho, primeiramente, à minha família, em especial à minha mãe Maria Marlene, ao meu pai Luis Carlos e à Luiza e Simonyr, que muito me apoiaram e torceram pelo meu sucesso durante a dura caminhada acadêmica. Aqui, ficam a vocês o meu amor e a minha eterna gratidão. Também dedico à amiga Nágela que sempre demonstrou alegria e satisfação pela minha conquista do curso de História e aos meus demais amigos que entenderam a minha ausência em diversos momentos de suas vidas, por causa das atividades do curso. São muitas as palavras que me fogem ao expor o quanto vocês são importantes em minha vida. Em especial, a todos os sujeitos que desde a fundação, contribuíram para a prática educativa do Colégio Estadual nesta cidade.

Quem me dera se o que vivo sobre a experiência histórica que percebo fosse *espalhado ao vento* e ouvido por todos, nos cantos mais diversos do mundo, mesmo que se um dia fosse esquecido, mas em virtude de um relato mais convincente e encantador...

AGRADECIMENTOS

A Deus por acreditar que sem ele nada seria possível.

À orientadora Mary Angélica Costa Tourinho pelo apoio e dedicação ao meu trabalho, assim como a segurança que me fez sentir nos momentos de dificuldades. Um agradecimento todo especial.

Aos meus pais Maria Marlene e Luiz Carlos pelo carinho, atenção e amor, destacando o papai que todos os dias me buscava na UESPI.

À Luiza e à Simonyr que entenderam os meus momentos de dificuldades.

A Vamberto pelo apoio nas minhas entrevistas.

A Augusto César por ter “transcrito” uma entrevista e à Fernanda por ter tentado fazer o mesmo.

Aos entrevistados pelo relato cedido e tempo dispensado ao meu trabalho.

A Israel Correia pela ajuda na busca por entrevistados.

Aos meus amigos que depositaram confiança e força na minha jornada acadêmica.

Aos professores que tive como mestre e que contribuíram para a minha formação humana, intelectual e profissional.

À Universidade Estadual do Piauí – UESPI pela oportunidade de ter cursado a graduação em Licenciatura Plena em História nesta instituição.

Por fim, agradeço a todos que me apoiaram direta ou indiretamente na concretização deste sonho de obter o título de Licenciada em História.

“O passado é o dia/vivido; o presente é a noite/ reflexão”.

José Carlos Reis

RESUMO

Este trabalho monográfico aborda a temática da Estadualização do Colégio Parnaibano, analisando fragmentos da História de uma instituição escolar da cidade de Parnaíba que a partir de então, passou a ser denominada de Colégio Estadual Lima Rebelo. O termo “estadualização” foi encontrado em jornais e livros de memórias escritos por parnaibanos para representar o episódio que substituiu a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano pelo Governo Estadual Piauiense, na manutenção do funcionamento deste estabelecimento de ensino, tomando-o público. Este processo foi desenvolvido a partir da assinatura da Lei Estadual nº 1892, de 21 de novembro de 1959, num contexto nacional de luta em defesa da escola pública. Por isso, objetivou-se investigar de que maneira ocorreu o processo de estadualização do Colégio Parnaibano a fim de identificar as políticas públicas destinadas à educação parnaibana neste período. A pesquisa baseou-se na História Cultural, envolvendo autores como Bourdieu, Certeau e Dominique Julia. A metodologia utilizou-se: da técnica da pesquisa oral e de diferentes fontes documentais, como jornal, almanaque, revista, livros de memória, legislação e fotografia. O recorte temporal foi delimitado entre a assinatura da Lei de Estadualização e a inauguração do prédio no qual a instituição até hoje desenvolve o seu trabalho educativo. Identificou-se que existiram interesses políticos no desenvolvimento do processo de estadualização, sendo que houve mudanças nas relações cotidianas vivenciadas pelos sujeitos que constituíam o Colégio Estadual. Esta estadualização não se restringiu aos muros da escola ou aos papéis burocráticos do governo estadual porque abrangeu grande parte da sociedade parnaibana, exceto, as pessoas mais humildes na escala social, sendo que isto não é determinante já que o espaço de uma instituição escolar, além de ser complexo e dinâmico, é vivenciado por diversos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Estadualização; Colégio; Parnaíba

ABSTRACT

This monographic work about the Estadualização College Parnaibano, analyzing fragments of the History of an institution of education of Parnaíba that from then on, came to be called College State Lima Rebelo. The term "estadualização" was found in newspapers and books written by parnaibanos to represent the episode which replaced the Civil Society by the State Government Gymnasium Parnaibano Piauiense, maintenance operation, making it public. This process was developed from the signature of State Law No. 1892, November 21, 1959, in a national context in defense of public schools. Therefore, was to investigate how the process occurred estadualização Parnaibano College to identify public policies aimed at education parnaibana during this period. The survey was based on cultural history, involving authors like Bourdieu, Certeau and Dominique Julia. The methodology used: search oral technique and different information sources such as newspapers, magazine, Almanac, memory books, photo and legislation. The cut-off time was enclosed between the signing of the Act of Estadualização and the inauguration building in which the institution until today develops its educational work. Identified that there were political interests in the development process of estadualização, with changes in day-to-day relationships focused subject that constitute the State College. This estadualização was not limited to the walls of the school or to bureaucratic State government roles because covered much of society parnaibana, except the poorest people in the social scale, although it is not decisive since the space of a school, besides being complex and dynamic, is experienced by various subject.

KEYWORDS: Estadualização; College; Parnaíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Assinatura da Lei de Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano	21
Figura 2 – Prédio do Miranda Osório	23
Figura 3 – Ficha de notas do curso ginásial do Colégio Parnaibano	29
Figura 4 – Ficha de registro de educação física	30
Figura 5 – Decreto para a ocupação do cargo de professor de Geografia do Colégio Estadual Lima Rebelo	38
Figura 6 – O governador Chagas Rodrigues e alunos, após a estadualização	39
Figura 7 – Exame de admissão ao ginásio do Colégio Estadual Lima Rebelo	41
Figura 8 – Despedida de José Nelson como diretor do Colégio Estadual	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A ESCOLA PÚBLICA NOS RETALHOS DA HISTÓRIA	12
2.1 A instrução pública no Piauí	16
2.2 Parnaíba e a política educacional até o ano de 1959	19
3 TEMPOS DE GINÁSIO: a ação educacional de uma sociedade civil	23
3.1 O currículo escolar	28
3.2 O cotidiano e as relações sociais entre os sujeitos do Ginásio/Colégio Parnaibano	31
4 COLÉGIO ESTADUAL LIMA REBELO: os resultados de uma estadualização	34
4.1 O processo de estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano	35
4.2 A prática educativa após a estadualização	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
FONTES E BIBLIOGRAFIA	46
APÊNDICE A	49
APÊNDICE B	50
APÊNDICE C	51
APÊNDICE D	52
APÊNDICE E	53
APÊNDICE F	54

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico versa sobre a temática da “estadualização” do Colégio Parnaibano, uma instituição escolar da cidade de Parnaíba que atualmente é denominada de Colégio Estadual Lima Rebelo. O termo “estadualização” foi encontrado nos jornais e nos livros de memórias que foram escritos por parnaibanos que vivenciaram este momento. Por isso, optou-se pela utilização deste termo para caracterizar o processo que substituiu a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano como entidade mantenedora do funcionamento desta instituição de ensino, pelo governo estadual do Piauí.

A estadualização deste estabelecimento educacional indica que houve uma ação política na educação formal pública parnaibana, que se efetivou com a assinatura da Lei Estadual nº 1892, de 21 de novembro de 1959. No período desta estadualização, ocorreram no contexto nacional, vários movimentos político-pedagógicos que caracterizaram uma luta em defesa da escola pública e em torno da democratização do ensino. Somado a isto, é presente no imaginário social parnaibano, discursos referentes à qualidade do ensino público na década de 1960, mas também, discursos sobre as dificuldades de acesso a este ensino neste período.

Em virtude deste contexto, objetivou-se investigar de que maneira ocorreu o processo de estadualização do Colégio Parnaibano a fim de identificar as políticas públicas destinadas à educação de Parnaíba neste período. Neste sentido, os objetivos específicos em relação à estadualização foram: analisar os motivos e interesses que efetivaram este processo; identificar os sujeitos envolvidos nele e verificar o alcance social deste na sociedade parnaibana. O recorte temporal delimitou-se do ano de 1959 ao de 1969, correspondendo ao período entre a oficialização do Colégio Estadual Lima Rebelo e a mudança do prédio escolar ao local em que esta instituição educativa permanece funcionando até hoje.

A relevância deste trabalho consiste em possibilitar a identificação das políticas educacionais do período e a compreensão da ação educacional praticada no espaço educativo investigado para poder interpretar os sentidos e as subjetividades dos sujeitos sociais que a vivenciaram. Identificou-se que existiram interesses políticos no desenvolvimento desta estadualização, sendo que os resultados deste processo abrangeram grande parte da sociedade parnaibana.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o referencial da História Cultural, considerando que o pensar e o fazer de uma instituição escolar é permeado de práticas culturais. Esta forma de a História trabalhar a cultura ampliou os objetos, as fontes e as

abordagens utilizadas tradicionalmente na pesquisa historiográfica, influenciando os pesquisadores da História da Educação. Neste sentido, Dominique Julia (2001, p. 10) considera a cultura escolar como objeto histórico, caracterizando-a assim:

[...] Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) [...].

Desta forma, através da História Cultural, a cultura escolar torna-se objeto de estudos para a pesquisa histórica. Assim, este estudo fundamentou-se, dentre outros, nos autores Bourdieu (1998), Certeau (1995) e Dominique Julia (2001) para entender a relação entre escola e cultura; além de Saviani (2005) para identificar o conceito e a História da Escola Pública. A metodologia fez uso da coleta e interpretação das fontes, utilizando-se da técnica da pesquisa oral e de diferentes fontes documentais, como jornal, almanaque, revista, livro de memória, legislação e fotografia. Foram entrevistados dois ex-alunos e o secretário de educação do município de Parnaíba na época da estadualização.

A escrita do texto baseou-se na perspectiva da “Operação Historiográfica” de Michel de Certeau (2002, p. 25), considerando que: “De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas [...]”.

Deste modo, dividiu-se o texto em três capítulos: A escola pública nos retalhos da História; Tempos de ginásio: a ação educacional de uma sociedade civil; e Colégio Estadual Lima Rebelo: os resultados de uma estadualização. O primeiro capítulo aborda o conceito e a História da Escola Pública; o segundo, a História da ação educativa da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano; e o último, o desenrolar do processo de estadualização, envolvendo os seus resultados na prática educativa do Colégio Estadual Lima Rebelo.

Por conseguinte, este estudo sobre a estadualização do Colégio Parnaibano considera o imaginário e a memória dos sujeitos envolvidos neste processo de estadualização, incluindo as políticas educacionais do período. Esta pesquisa pode suscitar novos estudos envolvendo a temática e ajudar na compreensão de outras investigações.

2 A ESCOLA PÚBLICA NOS RETALHOS DA HISTÓRIA

“Por historiografia da escola pública no Brasil, penso que se está tomando mais uma vez a ‘escola estatal’, como sinônimo de escola pública”.

José Luís Sanfelice

No limiar do século XXI ainda existem debates em torno da democratização do ensino e da realidade das escolas públicas brasileiras no sentido de que as lutas políticas em torno do ensino público não foram capazes de solucionar as dificuldades de acesso das camadas sociais menos favorecidas economicamente à escola gratuita de qualidade. A sociedade brasileira mudou e juntamente com ela a função social da escola também se modificou, deixando de ser apenas um local de aprendizagem para tornar-se um espaço de sociabilidade no qual existem diferenças sociais, econômicas e culturais. Logo, o Estado passou a ser percebido como elemento constitutivo de poder e oferecedor de oportunidades sociais aos menos favorecidos, garantindo o direito de todos à educação.

Contudo, ao se tratar de História da Educação Pública vale à pena conhecer os diferentes usos da expressão “escola pública” para evitar confusões de entendimento por causa da polissemia do termo. Segundo Dermeval Saviani (2005), a escola pública é um conceito complexo e, por isso, merece bastante atenção ao ser utilizado por causa das diferentes significações que possui. Deste modo, o termo pode ser diferenciado em três sentidos: primeiro, ao se contrapor a privado o adjetivo refere-se ao que é comum e coletivo; segundo, ganha um sentido popular em oposição aos interesses das elites quando diz respeito à população e por último, público também se refere a Estado, ou órgão de governo de uma determinada sociedade para cuidar dos interesses coletivos dos membros sociais.

Historicamente, a expressão “escola pública”, no começo da época moderna, foi utilizada no sentido de um ensino coletivo, ministrado pelo método simultâneo, em oposição ao método individual dos preceptores privados. O sentido de escola popular pode ser encontrado no século XIX, com a organização dos sistemas nacionais de ensino, quando se difundiu a noção de instrução pública que objetivava permitir o acesso de toda a população de cada país a uma escola que garantia o domínio da leitura, do escrever e do contar. Já o sentido referente ao Estado, significa que o poder governamental da sociedade é responsável

pelas escolas, garantindo condições materiais e pedagógicas como a construção de prédios específicos, a manutenção do funcionamento dessas instituições, a definição das diretrizes pedagógicas, das normas disciplinares e da avaliação (SAVIANI, 2005).

Sobre esta última significação, Sanfelice (2004, p. 91) afirma que: “A conclusão sucinta é a seguinte: o Estado ou o que é estatal não é público ou do interesse público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou aos interesses do próprio Estado, com sua autonomia relativa”. Deste modo, existem discussões sobre a diferença entre estatal, público e privado que conduzem a uma visão negativa do Estado quando o governo é responsabilizado pelo mau funcionamento das escolas. Porém, de maneira geral, na historiografia da educação brasileira, predomina a referência da escola pública como escola estatal.

Para Saviani (2005), a instrução pública no Brasil pode ser distinguida em duas grandes etapas: os antecedentes e a história da escola pública propriamente dita. A primeira grande etapa subdivide-se em três períodos: o primeiro vai do século XVI a meados do século XVIII e corresponde a pedagogia jesuítica na qual a instrução pública era ministrada principalmente por ordens religiosas; o segundo começa em 1759 e segue até 1827; neste período, as reformas pombalinas instituíram as “aulas régias”, representando uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas; sendo que a elas foram associadas iniciativas particulares; e o terceiro (1827-1890) corresponde às primeiras tentativas de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos provinciais.

O século XX, do ponto de vista da escola pública brasileira, pode ser delimitado, segundo Saviani (2005), de 1890, com a implantação dos grupos escolares, até os dias atuais. Assim, na etapa da escola pública propriamente dita, pode-se também distinguir três períodos: primeiro, foi o da criação das escolas primárias nos estados (1890-1931), impulsionada pelo Iluminismo republicano; o segundo é o da regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias em âmbito nacional que incorporando o ideário pedagógico renovador, começa em 1931 com a Reforma Francisco Campos¹, se aprofunda com a Reforma Capanema² e complementa-se com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4024/61, em 20 de dezembro de 1961; e o terceiro período estende-se da

¹ Primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos que criou o Conselho Nacional de Educação e organizou o ensino em dois ciclos: o fundamental e o complementar.

² Reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, que teve um cunho nacionalista e implantou a Lei Orgânica do Ensino Secundário que fortaleceu o caráter elitista deste nível de ensino.

primeira LDB nº 4024/61 até a aprovação da LDB nº 9394/96 em 1996 e corresponde à unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública e a privada.

Nos anos de 1930 ocorreram no cenário nacional brasileiro, ações em defesa do ensino público. Em 1932 alguns intelectuais publicaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em que propuseram uma reformulação política da educação brasileira, desejando uma escola pública obrigatória, gratuita e laica. Sobre este manifesto, Romanelli (2006, p. 147) afirma que:

O Manifesto sugere em que deva consistir a ação do estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação, e ao Estado o dever de assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais, se a escola for gratuita [...].

Após o Estado Novo, em um ambiente político conturbado e ainda mantendo características ditatoriais, houve no Congresso Nacional, depois da promulgação da constituição de 1946, uma tentativa de formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Em 1947 formou-se uma comissão para a elaboração da lei que em 1948 remeteu ao congresso um projeto, sendo este arquivado em 1949. Dois anos depois, o congresso informa que o projeto foi extraviado. Em 1957, reinicia-se a discussão do projeto e em 1958, o deputado Carlos Lacerda da União Democrática Nacional - UDN, apresenta o “Substitutivo Lacerda³”, documento que incluiu os interesses dos proprietários do ensino privado na legislação educacional (GUIRALDELLI JÚNIOR, 2006).

Conforme Guiraldelli Júnior (2006), em 1959 foi publicado o documento conhecido como: “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados”. Neste documento foram defendidas novamente as idéias dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O manifesto de 1959 tratou de questões gerais da política educacional e não se preocupou com questões didático-pedagógicas, sendo favorável à existência da rede pública e da rede particular de ensino. Em São Paulo, no ano de 1960, foi organizada uma “Campanha em Defesa da Escola Pública”, durante uma convenção estadual que tinha os mesmos interesses que favoreciam o ensino público. A campanha gerou as “Convenções Operárias de Defesa da Escola Pública” em 1960 e 1961, também em São Paulo.

³ Projeto de lei que propunha que a educação fosse ministrada predominantemente em instituições particulares, apenas de forma complementar pelo próprio Estado.

A defesa pela educação pública pode ter o seu significado ampliado ideologicamente quando se percebe a experiência histórica na qual ela estava inserida, o contexto dos anos de 1960. Segundo Paes (1992), estes anos representam no cenário mundial tempos de intensas mudanças na produção cultural em que houve um avanço tecnológico. A produção do chip, a chegada do homem à lua e o ápice da corrida nuclear, juntamente com o rock, impulsionaram mudanças no comportamento da juventude que passava a sentir-se pertencente a uma aldeia global. Em termos econômicos existiu uma integração multinacional provocada pelo capitalismo e, além disto, as populações dos países desenvolvidos tiveram uma multiplicação de bens materiais e culturais que vislumbravam proporcionar uma vida melhor com conforto e comodidade, desenvolvendo a chamada sociedade do consumo.

Frente à corrida armamentista e à Guerra Fria, em torno da sociedade de consumo, de discussões socialistas, da Guerra do Vietnã e da imposição dos meios de comunicação e à propriedade econômica e tecnológica, o mundo viveu tempos em que muitos jovens passaram a se inconformar com o mundo no qual viviam, contestando-o. Desta forma, a educação como um espaço social, é influenciada pelo comportamento e ideal da experiência histórica que participa.

Neste sentido, no início dos anos de 1960, em meio a um sentimento de luta pela democracia e por direitos sociais, desenvolveu-se no Brasil uma série de movimentos sociais, políticos e culturais a favor da educação e da cultura para as camadas menos favorecidas economicamente pela sociedade. Por isso, Ghiraldelli (2006, p. 106) considera que:

Dentre esses movimentos surgiram os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB). Os dois primeiros estavam ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), o terceiro ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, aos poucos, foi cedendo lugar às idéias democráticas do pensamento social-cristão. No seio dessa ebulição de idéias é que Paulo Freire se tornou o protagonista de uma ação (e, depois, autor de vários livros) que foi se constituindo na 'pedagogia de Paulo Freire' ou 'método Paulo Freire'.

Segundo Aranha (2006), o pensamento de Paulo Freire ficou conhecido, entre outras denominações, por "pedagogia libertadora" ou popular porque Freire acreditou no caráter político da educação, aproximando-se das camadas populares, tomando o ato de educar um espaço de discussão e problematização da realidade. Na sociedade dividida por classes, o oprimido social deveria ter a educação como prática da liberdade e tomar consciência de sua

opressão, para em seguida, transformar o mundo em que vive. Neste sentido, Ghiraldelli Júnior (2006, p. 110) afirma que:

[...] A educação como ‘conscientização’ seria, assim, ‘práxis social de libertação de todos os homens da opressão’. O ato de desvelamento só se efetivaria por completo quanto educador-educando e educandos-educadores, juntos, conseguissem se engajar em um processo de transformação social.

Após anos de discussões, o projeto de LDB foi aprovado em 1961. Pretendia-se reformular a estrutura educacional do país, tornando-a democrática. No entanto, a lei não pôs em prática a valorização do ensino público e redimiu o Estado da responsabilidade de manter financeiramente os estabelecimentos públicos de ensino porque, conforme Ghiraldelli Júnior: “[...] a nossa primeira LDB garantiu igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que garantia que as verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carregadas para a rede particular de ensino em todos os graus” (2006, p. 98). Assim, o primeiro discurso de lei aprovado pelos dirigentes nacionais para regular a educação, não correspondeu aos anseios da sociedade brasileira que reivindicava um ensino público com caráter democrático no qual o Estado garantiria educação de qualidade a todos os cidadãos.

Deste modo, a promulgação da primeira LDB e os movimentos sociais em defesa da escola pública influenciaram muitos educadores que imersos no período ditatorial, acreditavam na educação como espaço de luta política e mudança social. Logo, a escola pública ganhou, nos anos de 1960, um destaque nas discussões e ações referentes à política educacional do período, mesmo com toda a repressão imposta pelo governo ditatorial.

2.1 A instrução pública no Piauí

A instrução pública no Piauí se desenvolveu de modo lento e com muitas dificuldades, desde o período colonial. A falta de profissionais qualificados para o exercício do magistério e os escassos recursos financeiros foram os principais empecilhos para a efetivação do ensino formal público, pois a escola possuía pouco espaço na organização social

piauiense. Diferente de outras localidades brasileiras, os jesuítas pouco atuaram em solo piauiense e se limitaram em ensinar a doutrina cristã, não fundando escolas para o ensino das primeiras letras. A pobreza do meio, a dispersão demográfica, a distância dos núcleos populacionais e as lutas pela posse da terra e pelo domínio das populações indígenas são alguns dos empecilhos que podem ser apontados para a instalação de uma instrução pública no Piauí (SOUSA NETO, 2008).

O primeiro registro de criação de escolas públicas no Piauí foi encontrado nos escritos de Pereira da Costa⁴. Através do alvará de três de maio de 1757 criou-se na Vila da Mocha⁵ uma escola para meninos na qual eles deviam aprender a doutrina cristã, a ler, escrever e contar; e outra para meninas que deveriam aprender a doutrina crista, a ler, escrever, contar, coser, fiar, fazer rendas etc. Somente em 1815 é que foram criadas três cadeiras de primeiras letras: uma na cidade de Oeiras, outra na vila de Parnaíba e mais uma na Vila de Campo Maior (SOUSA NETO, 2008).

Com os baixos salários, a falta de recursos financeiros para a manutenção e de pessoas qualificadas para o magistério, as primeiras escolas tiveram um curto período de existência. Havia também uma resistência ao ofício de professor público de primeiras letras porque o trabalho não possuía um status elevado, afastando da ocupação do cargo as pessoas que poderiam exercer o magistério. Só a partir do século XIX é que houve uma preocupação com as aulas públicas na fala dos governantes piauienses. No entanto, as ações governamentais reduziram-se a discursos, sendo que a instrução pública no Piauí se desenvolveu de modo lento e insuficiente para o atendimento da população (SOUSA NETO, 2008).

Segundo Teresinha Queiroz (2008), sobre a educação no Piauí, entre os anos de 1880 e 1930, encontra-se a necessidade da instrução popular e da responsabilidade do governo neste aspecto, sendo que houve uma ineficácia em promover a educação na capital e no interior. Existiu uma abundância e até um exagero na elaboração de leis, regimentos e regulamentos concernentes à instrução pública. De um lado proliferaram reformas de ensino e por outro, existiu pouca alteração nas condições objetivas, materiais, que possibilitariam mudança efetiva na educação piauiense.

Assim, o sistema escolar piauiense, entre os anos de 1880 e 1930, teve como características: número reduzido de escolas, inexistência de prédios escolares, mobiliário e material escolar, alto índice de evasão escolar e uma relação muito baixa entre a população

⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa escreveu o livro *Cronologia histórica do estado do Piauí* onde se encontram estas informações citadas.

⁵ Primeira Vila do Piauí, atual cidade de Oeiras.

em idade escolar e alunos frequentando as escolas. Deste modo, a atuação e as limitações do poder público diante dos problemas da educação giraram em torno de mudanças no âmbito legal que não tinham condições materiais para serem efetivadas. As condições econômicas e sociais por qual passava o estado não eram propícias à dinamização do sistema escola, pois o Piauí era pobre e com baixa densidade demográfica (QUEIROZ, 2008).

Em relação à cultura escolar piauiense, no período de 1930 a 1960, Gomes Franco e Barbosa Melo (2010, p. 14) consideram após uma investigação que:

[...] através da análise da cultura escolar piauiense, entre os anos de 1930 a 1960, e seu processo de interseção com a cultura popular, culminou em uma verdadeira revolução cultural. Este processo inédito para a historiografia piauiense e de integração ao projeto nacional, vivenciado, detectado e narrado por esta pesquisa, resultou em uma metamorfose sociocultural que embalou os modos de ser e de estar de múltiplos sujeitos.

Nos anos de 1960, a escola pública no Piauí possuía na representação social das pessoas uma imagem positiva, pois era vista como um meio para se chegar a ter uma vida melhor. Maria Gláucia Ponte (2005, p. 66) analisando a representação da escola pública nos jornais de Teresina, verificou que nos anos de 1960 as instituições de ensino público apareciam nos jornais, sendo reconhecidas e elogiadas pela sociedade:

O seu valor é legitimado a partir de numerosas matérias sobre a instituição, evidenciando por meio do destaque que seus alunos e professores ganham em páginas de jornais, bem como pelos resultados conquistados pelos alunos do Liceu Piauiense e da Escola Normal e, acima de tudo, pela qualidade dos professores que lá lecionavam. Todos esses referenciais pesam na constituição de uma imagem positiva da escola pública secundária de Teresina.

O mesmo estudo indicou que na década posterior, a imagem positiva da escola pública entrou em crise. Assim, a representação social dos teresinenses nos anos de 1970 influenciou o começo de uma nova visão que na década de 1980 permitiu a reconstrução de conceitos e valores que declinaram o prestígio da escola pública, sendo que as greves de professores nos anos oitenta, apresentadas nos jornais de Teresina, sintetizam o ponto máximo do declínio vivido pela escola pública neste período.

2.2 Parnaíba e a política educacional até o ano de 1959

Até o século XX, a educação da cidade de Parnaíba recebeu pouco apoio do poder público, seja municipal ou estadual. Por isso, foram primeiramente os empreendimentos particulares que deram o pontapé inicial para o desenvolvimento educacional da cidade. Mas estudos anteriores mostraram que no século XVIII houve atividade de ensino das primeiras letras e também, uma cadeira de latim oficial:

Quem nos traz notícia mais antiga da presença de um estabelecimento de ensino em Parnaíba é o historiador Anísio Brito em sua obra 'Instrução Pública no Piauí', que conta da existência de uma escola de primeiras letras no ano de 1774. Mas, oficialmente, é com data de 4 de junho de 1778, que encontramos registro da criação de uma cadeira de latim na vila de São João da Parnaíba (MENDES, 2007, p. 34)

No período colonial e no imperial, foram poucos os recursos públicos destinados à educação parnaibana e tímidas as iniciativas particulares de instrução. A dificuldade de acesso ao ensino motivou o aparecimento dos “mestres de varanda”. Estes mestres ensinavam com seus próprios esforços sem apoio governamental. Sobre o trabalho destes mestres, Mendes (2007, p. 49) afirma que:

Na ausência de uma ação mais decisiva por parte do governo da província, visando a manutenção do ensino, as famílias que queriam seus filhos lendo e escrevendo as primeiras letras, tinham que contratar professores particulares, os ‘mestres de varanda’, que peregrinavam de fazenda em fazenda, nas ‘casas grandes’ ou ‘casas de telhas’ ‘disarnando menino’.

Posteriormente, as escolas parnaibanas funcionavam na residência dos próprios professores, sendo particulares ou não. Apesar de terem existido professores públicos, o governo estadual não oferecia prédio escolar para os alunos estudarem e os docentes ministrarem as suas aulas. Percebe-se então a precária situação na qual a educação era vivenciada na cidade de Parnaíba e quanto à iniciativa dos professores foi fundamental para o desenvolvimento educacional da sociedade parnaibana.

Somente na década de vinte é que o governo municipal realizou a construção do primeiro prédio escolar público da cidade para estabelecer o Grupo Escolar Miranda Osório. Deste modo, Marques (1994) no Livro do Centenário de Parnaíba, afirma que em relação ao ensino primário na cidade, o governo do Estado manteve quatro grupos escolares funcionando: o “Miranda Osório”, o “José Narciso”, o “João Candido” e o “Luiz Galhanoni”.

Nos anos de 1940, um registro bem destacado foi o da ordem dos franciscanos que atuou diretamente no setor educacional de Parnaíba. Neste período, a cidade possuía uma forte religiosidade católica. Assim, Nascimento (2008, p. 96) afirma que mesmo sem assistência do poder público, os franciscanos atuaram na educação da população pobre da cidade:

Nas diversas dimensões da educação formal e não formal os franciscanos atuaram marcando, surpreendentemente, o ensino na cidade de Parnaíba e, como se não bastasse, os religiosos também resolveram desenvolver uma proposta de ensino que fosse, ao mesmo tempo, a solução para um problema que assolava a população pobre da cidade, em idade escolar, que era a falta de escolas, como também estariam promovendo, diretamente, a educação religiosa, por meio de processos pedagógicos que se aliavam aos esquemas didáticos que a escola propunha, com sua ritualização de ensino e sistematização de práticas e discursos.

No Almanaque da Parnaíba de 1940, no artigo intitulado Parnaíba e suas escolas, o professor João Campos descreve de que forma se encontrava as escolas da cidade neste período em que a política de Getúlio Vargas propunha um espírito renovador para a educação:

Não se poderia deixar de destacar Parnaíba entre os municípios piauienses, pelas suas inúmeras e sucessivas realizações nesse sector da administração, em construção de prédios escolares, criação de escolas noturnas para adultos, suprimento de mobiliário, etc, mas, não obstante isso, ninguém poderá calcular aproximadamente a quanto se eleva ainda a percentagem dos que ficam à margem por falta de claros nas lotações de nossas escolas públicas, impossibilitados de frequentar escolas particulares, a falta de meios, e nem a daqueles que, por ignorância, não manifestam o menor interesse pelo aprendizado (ALMANARQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 45).

Este depoimento mostra que na década de quarenta existiu uma melhoria estrutural e administrativa da educação parnaibana, mas as camadas menos favorecidas economicamente ainda encontravam dificuldades de acesso ao ensino formal. Porém, é notório durante a

experiência histórica vivenciada pela sociedade parnaibana, a pouca atuação do poder público na educação da cidade.

Contudo, ao se ler o primeiro exemplar da Revista da Parnaíba e até mesmo textos jornalísticos do início dos anos de 1960, encontra-se um acontecimento que evidencia uma mudança no setor educacional da cidade de Parnaíba. Segundo Mendes (2007), no ano de 1959 foi assinada a Lei nº 1892 que estadualizou a “Sociedade Civil Ginásio Parnaibano”. Esta sociedade civil mantinha inicialmente o Ginásio Parnaibano, que posteriormente passou a ser denominado de Colégio Parnaibano. Junto ao ginásio, funcionava a Escola Normal de Parnaíba, instituição que formava profissionalmente as moças professoras do ensino primário da cidade.

A foto que segue é um registro deste momento festejado pelos canais de divulgação de acontecimentos da cidade:

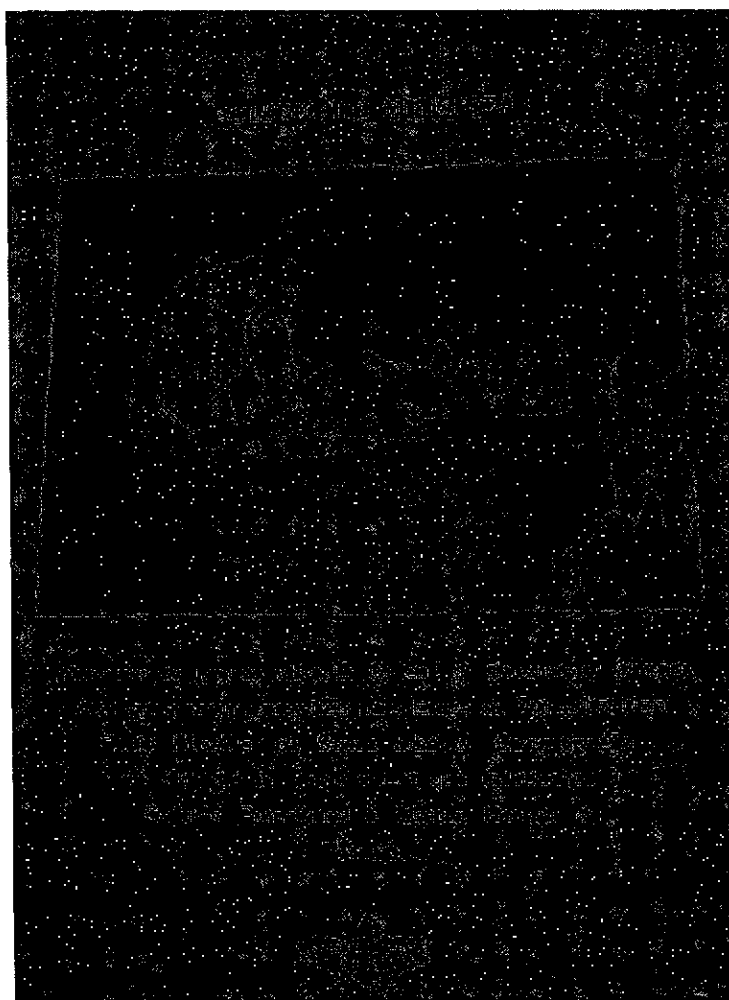


Figura I – Assinatura da Lei de Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano
Fonte: Revista da Parnaíba, n. 1.

Este momento representou na educação parnaibana uma mudança na qual o Colégio Parnaibano e a Escola Normal passaram a ter como entidade mantenedora do funcionamento, o Governo Estadual do Piauí. Foi só a partir deste momento que a Escola Normal de Parnaíba foi oficializada passando a ser denominada de “Escola Normal Francisco Correia” já que antes ela funcionava apenas agregada ao Colégio Parnaibano, que também mudou de nome e passou a ser denominado de “Colégio Estadual Lima Rebelo” (MENDES, 2007).

A análise desta imagem pode ser realizada baseando-se no pensamento de Mauad (1996, p. 11), quando ela afirma que:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção signíca. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar.

Esta perspectiva mostra que a imagem pode comunicar além do que é visto no primeiro olhar e revelar algo muito maior que faz parte da cultura e subjetividade social dos sujeitos envolvidos na produção e comunicação da imagem. A imagem pode revelar então as formas de ser e agir do ambiente social no qual se refere ou mesmo está inserida. Desta forma, a análise da fotografia acima instiga alguns questionamentos sobre este acontecimento: O momento terá sido mesmo uma “Solenidade Histórica”? Por que o bispo da cidade está ao lado do governador Chagas Rodrigues observando a assinatura? E o povo, terá participado do acontecimento apenas como espectador?

A sociedade parnaibana neste momento vivia em seu imaginário social uma forte influência da religiosidade católica. Presume-se que houve uma intenção nos jornais e principalmente na Revista da Parnaíba, em divulgar este acontecimento como sendo de grande relevância para a educação de Parnaíba, engrandecendo os feitos políticos do governador em gestão na época. Chama à atenção o povo assistindo ao acontecimento de forma amontoada, indicando uma forte curiosidade, e a presença da Igreja católica provavelmente legitimava esta ação como benemérita e cristã. O destaque que é dado ao momento, tornando-o uma “Solenidade Histórica” é algo que exige uma reflexão sobre a importância e o alcance social do acontecimento no sentido de que esta imagem pode ter direcionado o olhar do povo a uma visão positiva da “estadualização” destas instituições educacionais.

3 TEMPOS DE GINÁSIO: a ação educacional de uma sociedade civil

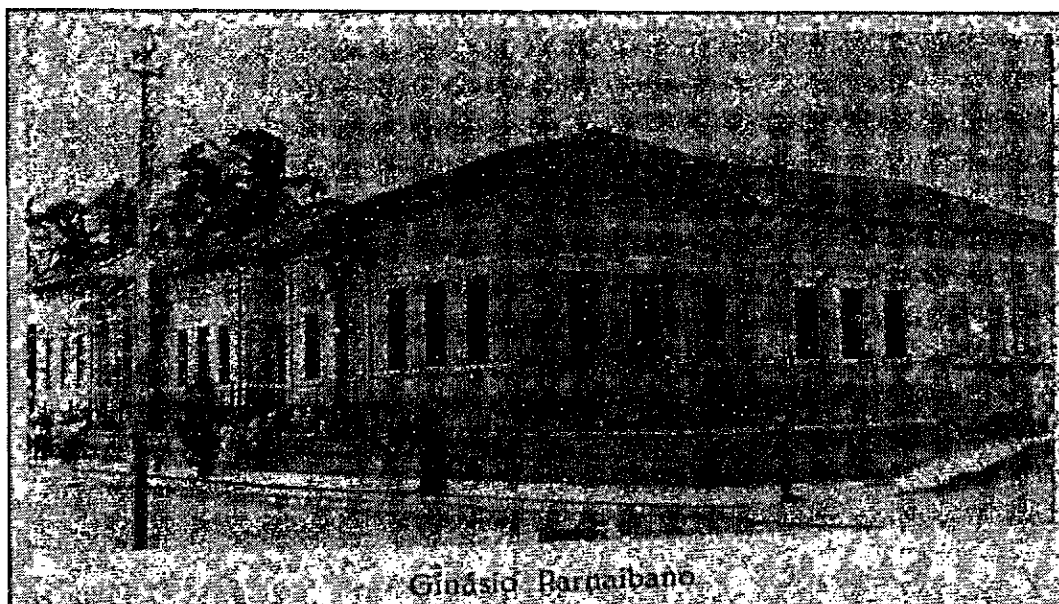


FIGURA 2 – Prédio do Miranda Osório
Fonte: Almanaque da Parnaíba, 1940, p. 41.

O primeiro prédio escolar público construído na cidade de Parnaíba foi o do Grupo Escolar Miranda Osório, situado no centro, na Rua Grande, atual Avenida Presidente Vargas. Próximo a este prédio, funcionou durante muito tempo, a estação ferroviária cuja atividade muito contribuiu para a economia parnaibana, sendo que parte da trilha do trem ficava em frente do prédio. A passagem do trem em frente ao Ginásio Parnaibano pode ser verificada nas memórias de Ataíde (23 de abril, 2010), um ex-aluno: “[...] O trem vinha pra poder fazer uma curva [...] sei que tinha trilho até depois do ginásio. O trem vinha. Ai mudava a posição e voltava pro outro lado. [...] A escola ficava na curva, a curva era ali assim que termina a escola porque o trem era comprido [...] e mudava o trilho e ele voltava pro outro lado”. Desta forma, o colégio localizava-se em um local central, importante para a economia da cidade, mas cujas ruas ainda não eram pavimentadas.

Até a edificação deste imóvel, quase todas as escolas parnaibanas funcionavam nas residências dos próprios professores que nelas ensinavam. A construção pretendia ser um edifício modelo em relação aos estabelecimentos de ensino da época, sendo suntuoso e com uma arquitetura monumental que pode ser observada até os dias atuais. Isto pode ser confirmado em Marques (1994, p. 176), quando afirma que:

Para a instalação de um grupo escolar modelo, construiu o Intendente Narciso Filho o suntuoso edifício Miranda Osório e contratou em S. Paulo o notável professor Luiz Galhanoni que veio orientar a instrução primária no município, do que resultou a criação de vários grupos escolares e escolas reunidas, além de muitas escolas singulares distribuídas pelos subúrbios e zona rural.

Assim, este prédio foi construído numa conjuntura de reforma educacional que propiciou o surgimento de vários grupos escolares, assim como escolas pelos subúrbios e pela zona rural da cidade. Segundo Mendes (2007), José Narciso da Rocha Filho foi o prefeito que mandou construir o prédio do Miranda Osório, sendo que também apoiou a fundação do Ginásio Parnaibano, que foi idealizado pelo professor José Pires de Lima Rebelo. O Ginásio visava oferecer à juventude que não desejava o exercício do magistério, principalmente a masculina, o ensino secundário de preparação a um curso superior. Junto ao Ginásio, dependendo a manutenção docente e administrativa, funcionava a Escola Normal de Parnaíba.

Oliveira (1993, p. 19-20), em um trabalho descritivo sobre educação em Parnaíba, afirma que: “O nome de Ginásio Parnaibano foi escolhido por Dr. Mirócles Veras em homenagem a um primeiro ginásio existente na cidade [...] Este primeiro ginásio pertencia a Dr. Olindo Gonçalves Amorim, mas teve duração efêmera [...]”. Esta criação de um primeiro ginásio é um exemplo de algumas iniciativas que foram realizadas a favor da educação da cidade, mas que não prosperaram e ainda tiveram um curto período de duração.

A criação do Ginásio foi apoiada por pessoas da elite intelectual da cidade, que provavelmente constituíram a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, entidade mantenedora desta instituição educacional. Segundo Marques (1994, p. 161):

O Ginásio Parnaibano foi fundado em 11 de julho de 1927, contando-se entre seus fundadores José Pires de Lima Rebelo, Luiz Galhanoni, Monsenhor Roberto Lopes Ribeiro, Alfredo Eduardo Amstein, Henriette Bricotte, Carlos Souza Lima, Antonio Godofredo de Miranda, Mirócles Campos Veras, Francisco de Moraes Correia, Edison da Paz Cunha, José Euclides de Miranda, Constantino Correia, Tomaz Catunda e outros, sob os auspícios do Intendente Municipal, José Narciso da Rocha Filho e de notáveis representantes da sociedade parnaibana.

Segundo Oliveira (1993), o primeiro diretor do Ginásio Parnaibano foi o Professor Luis Galhanoni, sendo que os outros que exerceram esta função foram: dr. Edison da Paz Cunha, dr. Luis Viana, dr. José Meira Vasconcelos, dr. Clodoveu Felipe Cavalcante, prof. José de Lima Couto, prof. José Nelson de Carvalho Pires, prof. Alexandre Alves de Oliveira,

prof. Valdionor Albuquerque Barros, prof. Francisco das Chagas da Silva e a professora Clarice Araújo Silva. Já a primeira turma foi formada pelos alunos: Antonio de Pádua Passos Bompert, Dácio Fontenele de Araújo, Edmar Monteiro Sampaio, Euclides Godofredo Parente de Miranda, Francisco das Chagas Soares, José Bastos Marques, Mani Cavalcante Baquil, Mutsu-Hito Pires Lima Rebelo, Prêntice Muffort Avelino da Cunha, Renato Castelo Branco, Seth Emanuel de Couto Melo, Sethy Borges de Melo e Vicente Fontenele de Araújo. Desta forma, pode-se notar que os sujeitos que constituíram a gestão do Ginásio Parnaibano, assim como a primeira turma de alunos, foram pessoas de grande destaque na sociedade parnaibana.

O prédio do Miranda Osório foi edificado em função do grupo escolar que surgia. Contudo, foi o local onde funcionaram, durante muito tempo, as atividades educativas do Ginásio Parnaibano e da Escola Normal, em virtude de uma doação da prefeitura municipal de Parnaíba à Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. Esta doação, assim como a existência de uma sociedade civil mantenedora desta instituição educativa, pode ser confirmada no 1º OFÍCIO DE NOTAS da Certidão de Escritura Pública de Doação, do Cartório Almeida, lavrada no dia 3 de setembro de 1945:

[...] Diretor da Fazenda do Estado do Piauí, em que é pelo sr. Interventor Federal dispensado o imposto de transmissão em causa, cujos documentos teores seguintes: - OFÍCIO Armas da República-Estado do Piauí-Prefeitura Municipal de Parnaíba- N. 96- Em 10 de julho de 1945.- Sr. Dr. Diretor do Ginásio Parnaibano. N/ Cidade – Em nome do Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal, tenho prazer de remeter-vos anexa, cópia do decreto-lei municipal nº 98, de 11 de agosto de 1944, devidamente aprovado pelo Conselho Administrativo do Estado, que transfere à Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, o “Edifício Miranda Ozório” e o seu patrimônio [...].

Desta forma, mesmo o Ginásio Parnaibano ter como entidade mantenedora uma sociedade civil, a doação do prédio para o desenvolvimento de suas atividades educativas indica um apoio do governo municipal no funcionamento desta instituição de ensino. Neste sentido, Ataíde (23 de abril, 2010) revelou na entrevista que:

[...] Você sabe q eu não tenho certeza. Não sei se era uma instituição privada ou semi-privada, eu sei q tinha uma fiscalização federal, havia uma fiscalização federal, mas isto era em todos os colégios de Parnaíba, e a gente pagava a mensalidade, mas eu não tenho certeza se era uma empresa assim particular.

Para Mendes (2007), em 2 de janeiro de 1928 a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano firmou um contrato no qual o governo estadual garantia a fiscalização do Departamento Nacional do Ensino, sendo que em novembro do mesmo ano, bancas examinadoras do Governo Federal regularizaram o funcionamento da instituição perante o Conselho de Ensino. Também, em 1931, o Ginásio tornou-se um estabelecimento oficial de acordo com um contrato assinado entre o Interventor Federal no Piauí, Capitão Landri Sales; a Prefeitura Municipal e a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. Já em março de 1938, o Ginásio voltou a ser um estabelecimento particular, mas o poder público estadual e o municipal garantiram a sua subvenção anual. Isto pode ser verificado no 1º OFÍCIO DE NOTAS da Certidão de Escritura Pública de Doação, do Cartório Almeida, lavrada no dia 3 de setembro de 1945:

[...] em 21 de agosto de 1931, o governo do Estado do Piauí, a Prefeitura Municipal de Parnaíba e a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, celebraram um contrato no Contencioso da diretoria da fazenda do estado, pelo qual obriga-se a referida Sociedade a manter um Ginásio e uma escola normal nesta cidade, sob inspeção dos Governos federal e estadual, obrigando-se o Estado e o Município de Parnaíba, a uma subvenção anual fixada em lei e transferindo-lhe por doação a título precário, o edificio Miranda Ozório, com os móveis e instalações nele existentes, os quais passaram a constituir o seu patrimônio; Em 12 de março de 1938, foi rescindido o contrato, em parte subsistindo porém, entre outras cláusulas, a segunda, pela qual era mantida a doação referida [...]

Maria da Penha (1987, p. 172), em seu livro de crônicas sobre a cidade de Parnaíba, versa sobre a importância da criação dos dois estabelecimentos de ensino secundário para a formação cultural da juventude parnaibana:

A fundação dos dois estabelecimentos Secundários em nossa terra, já era necessária, e foi fruto do grande idealismo de um pugilo de homens que tudo fazia pelo engrandecimento e pela pujança da terra berço. Ambos Escola Normal da Parnaíba e Ginásio Parnaibano funcionando juntos, eram voltados para a formação da nossa juventude, naquela recuada década tão carente de formação cultural.

Deste modo, pode-se notar que na sociedade parnaibana havia um sentimento positivo em relação à criação do Ginásio Parnaibano, pois se acreditava que este estabelecimento de ensino era uma oportunidade de enriquecimento cultural para os jovens da cidade, porém nem todos os jovens parnaibanos tiveram a oportunidade de estudar nesta instituição.

Neste mesmo texto, a professora Maria da Penha (1987, p. 173) afirma que em 1952 foi comemorado o jubileu de prata do Ginásio Parnaibano, sendo que foi nesta ocasião que foi incorporado o curso científico na instituição, que passou então a ser denominada de Colégio Parnaibano:

Em 1952 foi comemorado com muita pompa e com brilhantes solenidades inclusive desfile cívico o jubileu de Prata dos aludidos Colégios, isto é, os vinte e cinco anos (1927-1952) de laboriosa e fecunda existência no plano educacional, e para marcar bem o evento foi criado o Curso Científico no Ginásio Parnaibano que passou a chamar-se Colégio Parnaibano.

O curso científico foi mais uma oportunidade educacional para os jovens que podiam assistir às aulas no Colégio Parnaibano. Sobre o começo do curso científico na instituição, Ataíde (23 de abril, 2010) respondeu que: “Acredito que ele tenha começado em 1952 [...] É. Passou a ser o Colégio Parnaibano”. Antes, muitos dos jovens das famílias mais abastadas, que queriam progredir nos estudos, iam estudar em instituições educativas de outras cidades, como as do vizinho estado do Ceará. Exemplo disto, Ataíde (23 de abril, 2010) respondeu que: “Conclui o ginásio aí eu fui pra Belo Horizonte estudar no colégio interno lá”. Porém, em virtude da incorporação do curso científico no Colégio Parnaibano, Ataíde retornou à Parnaíba e concluiu o curso científico nesta instituição:

Eu cheguei aqui pro segundo ano foi em 1953 o ano que eu entrei [...] até 54 [...] era só adulto o curso noturno [...] e aqui pra nós, [...] era muito mais escolhambado. Não tinha aquela autonomia que tinha no ginásio [...] os alunos já não eram mais pequenos né, [...] eram mais difíceis [...] de ser manobrado [...] Eu trabalhava. Fazia tiro de guerra, uma porção de coisas assim [...] a gente fazia só o científico que era pra poder depois fazer o vestibular fora (23 de abril, 2010).

Entretanto, apesar de ser um estabelecimento privado, o Ginásio Parnaibano ajudava alguns jovens mais humildes da cidade, que eram órfãos ou filhos de operários. Isto pode ser verificado em Marques (1994, p. 162): “Na sua matrícula há sempre um número inferior a 20, reservado aos órfãos e filhos de proletários, que fazem o curso gratuitamente, havendo ainda um curso gratuito de preparatórios com frequência superior a 100 alunos”.

Além de parnaibanos, no Ginásio estudavam também pessoas de outras localidades, como pode ser verificado em fichas de alunos do arquivo que a instituição mantém até hoje.

Muitos documentos foram perdidos no decorrer do tempo, sobrando apenas no arquivo escolar fichas dos alunos e livro de ponto dos professores. Analisando as fichas pode-se verificar que muitos alunos da instituição eram naturais de outras cidades que eram vizinhas à Parnaíba, como a cidade de Cocal ou Araiões no Maranhão. Também, Ataíde (23 de abril, 2010) respondeu na entrevista, que estudavam no Ginásio Parnaibano pessoas de outras localidades:

Umás pessoas do Brejo [...] aqui tinha muito. Vinha até gente de Mossoró, estudar o ginásio aqui. [...] dos outros estados que eu me lembro bem tinha este pessoal do Brejo e tinha esse aluno que era nosso colega lá do Mossoró. [...] Essas cidades do interior aqui todos tinha que vir pra cá. Tinha Tutóia, Araiões. Tinha colega de Araiões. Lá não tinha. Né, quando os pais tinha condições de mandar né. Hoje tá tão diferente, tá tão fácil, tão bom [...].

Este depoimento mostra que a atividade de ensino mantida pela Sociedade Civil Ginásio Parnaibano foi importante não apenas para a sociedade parnaibana, mas também, servia à educação de sujeitos de outras localidades.

3.1 O currículo escolar

A partir de uma análise mais profunda, o currículo pode revelar muitos aspectos do cotidiano do ambiente escolar, revelando intenções e aspectos culturais da prática educativa. Neste trabalho se entende o currículo no sentido de seleção de cultura e lugar de poder, considerando que o currículo orienta e indica o caminho para que a prática educativa de uma instituição escolar siga o seu funcionamento.

Sobre o aspecto religioso da organização curricular do Ginásio Parnaibano, Marques (1994, p. 162) afirmou que:

Conquanto seja um estabelecimento leigo, como são chamados os estabelecimentos não religiosos, o Ginásio não se conserva indiferentemente aos sentimentos religiosos de seus alunos. O ensino de religião está confiado ao Revdm. Pe. Áureo José Ramos de Oliveira, coadjutor da Paróquia, modelo de virtudes cristãs e de sacerdote exemplar.

As disciplinas encontradas neste e nos outros boletins de notas do Ginásio foram: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto. A disciplina de Trabalhos Manuais no histórico encontra-se sem notas, o que indica que esta disciplina só era cursada por mulheres. As memórias de Ataíde (23 de abril, 2010) confirmam esta organização curricular: “As disciplinas nós tínhamos Latim, Português, Matemática, Francês, Desenho, Inglês, Ciências [...]”.

Já na ficha de registro de educação física entre os anos de 1957 a 1959 registravam o número de sessões (provavelmente aulas), as faltas, o nome, a data e lugar de nascimento do aluno, além do nome do professor. Um destaque na ficha é que há uma diferenciação entre ginásio e colégio. A ficha segue abaixo:

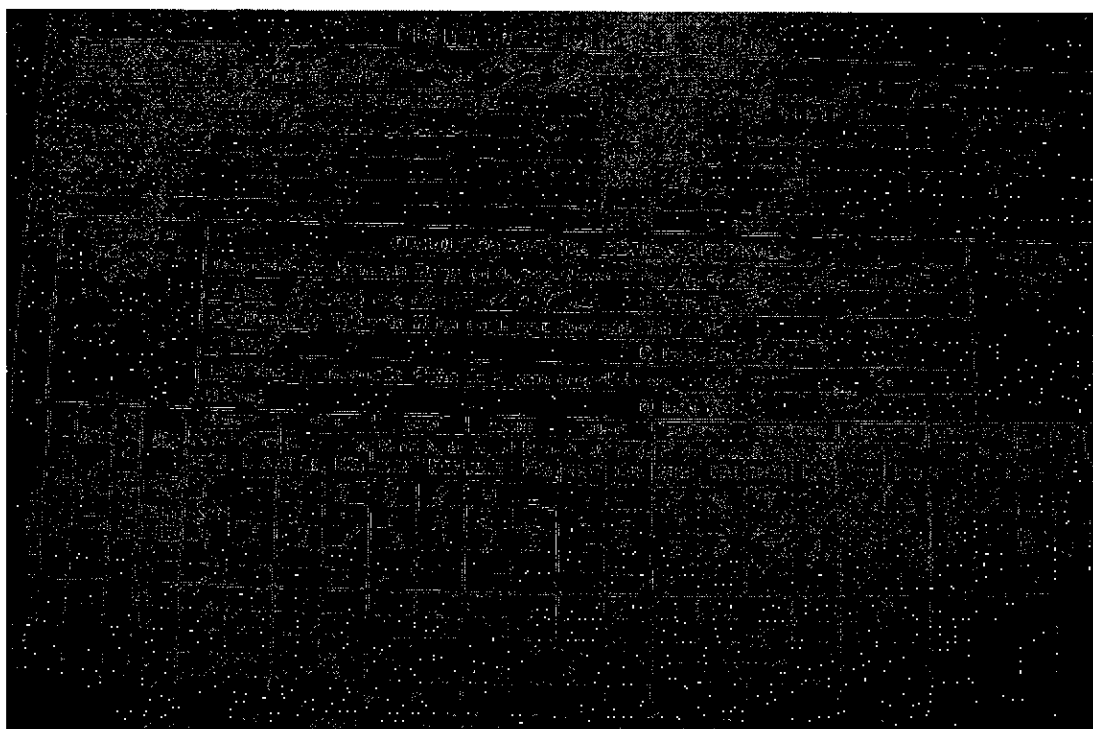


FIGURA 4 – Ficha de registro de Educação Física
Fonte: arquivo do Colégio Estadual Lima Rebelo

Desta forma, pode-se considerar que a prática educativa do Ginásio Parnaibano seguia uma organização curricular que envolvia diversas áreas de saber que posteriormente não foram mais vistas em muitos currículos escolares, como a disciplina de Trabalhos Manuais. Também, a Educação Física, assim como o Ensino Religioso parece que foram bastante destacados na prática educativa desta instituição.

3.2 O cotidiano e as relações sociais entre os sujeitos do Ginásio/Colégio Parnaibano

As experiências vivenciadas pelos sujeitos que faziam o cotidiano do Ginásio Parnaibano e depois Colégio Parnaibano, assim como a relação deste espaço educativo com a Escola Normal não são fáceis de serem percebidas em um estudo historiográfico, já que o cotidiano é permeado de subjetividades e sentimentos que traduzem a maneira como os indivíduos percebem e vivenciam o mundo. Por isso, na escrita da História, o historiador deve ater às sensibilidades geradas pelo interior de cada indivíduo investigado, principalmente se em seu trabalho houver a intenção de considerar a história de vida dos sujeitos.

O cotidiano de uma instituição escolar abrange diversos sujeitos com várias formas de vivenciar o mundo e de se relacionar com os outros. Infelizmente, não é possível captar todas as experiências vividas no passado, principalmente em relação ao ambiente escolar que constitui uma realidade dinâmica e complexa. Desta forma, para compreender melhor o cotidiano e as relações entre os sujeitos envolvidos na prática educativa do Ginásio Parnaibano, se destacou algumas informações escritas e apenas um relato de memória, também em virtude do curto espaço deste trabalho.

A lembrança mais forte em relação aos professores que o Ataíde (23 de abril, 2010) guardou em sua memória foi:

Os professores eu só me lembro assim o dr. Clodoveu que gritava muito na aula [...] ele tinha um aluno lá coitado que eu só faltava morrer de pena porque ele dava logo um murro na mesa e dizia “meu caderno é o caderno do diacho, só pode ser o que eu disser!” Ele fazia era ditar as aulas, então ia começar a chamada “1,2,3...”, Então esse meu amigo que eu não lembro do nome dele [...] Quando ele [professor] dizia “10!”, que era ele, que ele era gago. [...] quando chegava lá pelo “20” ele [aluno] descarregava pre... pre... presente, daí o Clodoveu passava uma decompostura nele.

Marques (1994, p. 162), no livro do Centenário da Parnaibana, comenta que nos anos de 1940 não havia classes mistas no Ginásio: “Não obstante ser um estabelecimento misto, não há classes mistas no Ginásio, funcionando as classes femininas em horários e salas distintas das masculinas distintas”. Somado a isto, Ataíde (23 de abril, 2010) revelou que: “[...] o colégio era homens e mulheres, mas só q totalmente separado, tudo separado. Recreio, separado aula, separado tudo. [...] o lado masculino era só o ginásio [...].

Em um momento posterior da entrevista, Ataíde (23 de abril, 2010) comentou um episódio que marcou bastante a sua memória, em relação à Escola Normal:

[...] aconteceu o seguinte, como a gente ficava no recreio de um lado e as moças do outro. Um dia fizeram um buraco no muro e me passaram para o lado de lá. Quase morro de vergonha [risos] Isso não houve nem castigo. Pra mim não podia ter porque eu fui na marra, né? Mas os outros q furaram o buraco, eram o que eu falei, que tinham os grandes, fortes, né [...].

Este relato demonstra a diferença que existia entre os homens e as mulheres que eram educados formalmente pelas instituições de ensino mantidas pela Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. Destaca ainda a relação entre os discentes de diferentes idades e tamanho no cotidiano do ambiente escolar. Sobre as amizades cultivadas nos tempos de ginásio, Ataíde (23 de abril, 2010) respondeu que: “[...] as amizades que a gente fazia lá, até hoje muitas continuam né. Só não tenho mais porque foram embora. Normalmente os colegas que eu tinha. Aqui em Parnaíba talvez tenha uns dois ou três, o resto foram tudo embora”.

Sobre o momento da entrada no colégio, Ataíde (23 de abril, 2010) revelou que todos só entrevam no prédio escolar quando tocava uma campainha, os alunos tinham que estar com todos os botões da farda “fechadinhos”. Os homens entravam de um lado, as mulheres por outro e os professores na entrada central, sendo que existia uma separação entre os alunos (homens) do Ginásio Parnaibano e as alunas da Escola Normal. Contudo, nas festividades de colação de grau ocorria o encontro entre estes sujeitos, que dançavam uma valsa, geralmente numa festa de formatura. Assim como pode ser verificado neste trecho da entrevista:

[...] era muito difícil naquele tempo a pessoa não tinha acesso nem pra ter amizade, nem pra conversar. Só quando nós estivemos na quarta série, porque aquele tempo tinha a colação de grau né, quando a gente terminava o ginásio. A colação de grau tinha uma festa [...] Então, como ninguém sabia dançar praticamente, né, nem os homens, nem as mulheres, aí a gente fazia uns ensaios, aí iam uns alunos e umas alunas e a gente ia dançar [...] (ATAÍDE, 23 de abril, 2010).

A respeito de sua condição social, Ataíde (23 de abril, 2010), o ex-aluno entrevistado, disse que:

[...] o meu pai era médico, minha mãe tinha estudado em São Luiz, era uma pessoa que tinha cultura, [...] lia bem duas línguas, lia Francês e lia Inglês. Então eles estavam no nível um pouquinho acima do normal do grosso do povo [...] Papai se formou no Rio de Janeiro [...] naquele tempo São Luis era a Atenas brasileira [...] todo mundo procurava mandar os filhos pra lá, no colégio das freiras. A mamãe fez só o ginásio, ela falava alguma coisa de Francês e Inglês, mas ela lia romance todo o tempo, com a aula de lá [...].

Este trecho da entrevista indica que quando o entrevistado estudou nesta instituição educativa, ele fazia parte de uma classe social elevada que vivia de forma diferenciada e com privilégios em relação ao restante da população parnaibana. Neste sentido, Bourdieu (1998, p.42) afirmou que: “A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança”. Assim, pode-se perceber que o entrevistado teve acesso às melhores condições de educação do que a maioria dos jovens parnaibanos deste período.

Assim, a ação educativa da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano envolveu diversos sujeitos no cotidiano escolar que eram pessoas destacadas socialmente. Desde a criação deste espaço educativo, apesar da existência da sociedade civil mantenedora, o poder público esteve presente, apoiando o funcionamento da instituição. As informações encontradas neste trabalho sobre os primeiros tempos do Ginásio, a organização curricular e as relações sociais vivenciadas no cotidiano indicam que esta instituição educativa teve uma ação relevante na sociedade parnaibana, formando muitos jovens.

4 COLÉGIO ESTADUAL LIMA REBELO: os resultados de uma estadualização

No ano de 1959 a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano passou por uma estadualização na qual todos os seus domínios tornaram-se bens do poder público estadual através da assinatura da Lei nº 1892, de 21 de novembro de 1959. Este evento resultou na oficialização do Colégio Estadual Lima Rebelo e da Escola Normal Francisco Correia, que anteriormente eram espaços educativos mantidos por esta sociedade civil. Verificou-se que apesar de ter ocorrido uma “estadualização”, o poder público municipal atuou bastante neste processo, indicando uma ligação de ações entre esta forma de poder e o estadual.

Neste período, a cidade de Parnaíba ainda não tinha uma instituição de ensino público que atendesse ao Ensino Secundário e beneficiasse aos jovens das camadas sociais menos favorecidas economicamente, de uma formação educacional. Encontrou-se um recorte de um periódico de propaganda comercial de 1956 no qual foi publicado um artigo de Ofélio Leitão (1956, sp), intitulado: Um Ginásio para Parnaíba. Neste texto, Ofélio Leitão aborda a falta de uma escola pública que oferecesse o curso ginásial, como um problema da sociedade parnaibana:

Em Parnaíba, cidade de mais de quarenta mil habitantes, o problema assume proporções assustadoras, que estão a reclamar prontas providências dos poderes estaduais. Aqui, como, de resto, nas demais cidades piauienses, exceção feita da capital não há um ginásio oficial, custeado pelos cofres públicos e em condições de ministrar ensino gratuito a milhares de jovens que dele necessitam, como quem necessita de ar puro.

Desta forma, analisando este fragmento do texto, pode-se entender que para Ofélio Leitão, a falta de um ginásio público na cidade de Parnaíba era um problema social que deveria ser resolvido. Percebe-se então, que no ano de 1956 existiu em Parnaíba um sentimento em relação à necessidade de criação de um estabelecimento público que fornecesse o ensino ginásial gratuito aos jovens de famílias com poucos recursos financeiros.

Este recorte de jornal data de anos anteriores à estadualização e por isso pode-se crer que houve atitudes da sociedade parnaibana que provavelmente motivaram ou foram influenciadas por interesses políticos em realizar a Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. Em um trecho seguinte do texto, Ofélio Leitão (1956, sp) afirma fazer um intenso

estadualização. Durante a entrevista, Pires (7 de maio, 2010) afirmou que foi quem tornou possível esta “estadualização”: “Fui o autor do projeto que transformou a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano na Escola Normal Francisco Correia e Colégio Estadual Lima Rebelo”.

O entrevistado glorifica-se bastante deste fato, demonstrando que a “estadualização” foi uma atitude significativa em sua vida e que permanece sendo uma lembrança bem forte em suas memórias. Pires (7 de maio, 2010) explicou como, para ele, começou este processo de estadualização:

Quando assumi a secretaria de educação municipal, o prefeito Jose Alexandre me chamou e mandou que desse bolsa de estudo aos pobres. A bolsa de estudo antigamente, era para aqueles que não tinham condição de pagar o colégio. Então a bolsa de estudo foi muito além e eu então, combinado com o prefeito, consegui estadualizar o colégio. No primeiro ano foram apenas 300 alunos gratuitos, no ano seguinte, quando eu comecei a assumir a direção, matriculei 1.000 alunos.

Assim, o entrevistado dá a entender que a Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano ocorreu a partir de algumas bolsas de estudos que o governo destinava aos jovens carentes economicamente. A responsabilidade, por efetivar estas bolsas de estudos oferecidas àqueles que não tinham condições econômicas de pagar por sua instrução, coube ao secretário de educação do município de Parnaíba.

Sobre os sujeitos que atuaram neste processo de estadualização, Pires (7 de maio, 2010) afirmou que: “Eu e o professor Nicodemos. Ele era advogado e eu secretário. Preparamos o decreto, conseguimos com que fosse aprovado na assembléia estadual”. Entretanto, esta afirmação exclui quaisquer outros sujeitos da sociedade parnaibana que tenham contribuído direta ou indiretamente para este processo.

Já sobre o desenrolar deste processo na Assembléia dos Deputados Piauienses, Pires (7 de maio, 2010) contou como ocorreu:

Na assembléia, o governador não tinha a maioria e eu consegui um deputado amigo meu. Feito a maioria, o nosso projeto foi aprovado. Entretanto, o jornal da oposição Correio da Manhã, no dia seguinte da oficialização, pelo fato de ter conseguido passar um dos deputados da oposição para o governo, no dia seguinte o retrato dele foi publicado no jornal da oposição, de cabeça pra baixo, dizendo: o traidor.

Este trecho do depoimento cedido a este trabalho indica a existência de um jogo político vivenciado pelo secretário de educação do município de Parnaíba para poder efetivar a Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. O episódio narrado, envolvendo o jornal Correio da Manhã pressupõe também, indícios de relações partidárias conflituosas que teriam influenciado nesta estadualização.

Contudo, a estadualização ocorreu, tal como pode ser verificado na Lei Estadual nº 1892 de 21 de novembro de 1959. Assim, o artigo 1º desta lei afirma que: “Ficam oficializados o Colégio Parnaibano e a Escola Normal de Parnaíba, os quais passarão a denominar-se Colégio Estadual «Lima Rebelo» e a Escola Normal «Francisco Correia», respectivamente”. Estes nomes escolhidos para instituir estes estabelecimentos de ensino, foram selecionados por serem nomes de pessoas bem vistas e famosas na educação parnaibana; que participaram da fundação da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano.

Sobre Lima Rebelo, Caio Passos (1982, p. 75), no livro intitulado Cada Rua - Sua História: Parnaíba, afirma que: “O Dr. José Pires de Lima Rebelo é um nome brilhante, com destacada atuação em Parnaíba, onde residiu por vários anos”. Além disto, Passos também afirma que Lima Rebelo participou da criação do Ginásio Parnaibano, sendo que em um trecho seguinte do texto, o autor aborda que outras instituições de ensino da cidade também receberam o nome Lima Rebelo: “O Ginásio Parnaibano tem hoje a denominação de ‘Colégio Estadual Lima Rebelo’. Ainda empresta o seu nome ao ‘Ginásio Polivalente Lima Rebelo’, e a ‘Escola Lima Rebelo’, do Centro Operário de Parnaíba (PASSOS, 1982, p. 75)”.

Em relação aos professores que já lecionavam no Colégio Parnaibano, o artigo 4º da Lei da Estadualização considera que:

Art. 4º - Aos 12 (doze) professores pertencentes a atual Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, fica assegurada a condição de professor, em uma cadeira de sua livre escolha, dentre as que atualmente lecionam, não podendo ser aberto concurso para provimento das cadeiras assim ocupadas, sinão após sua vacância.

Dessa forma, houve uma proteção para assegurar o trabalho dos professores que lecionavam nos espaços educativos da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. A efetivação deste artigo pode ser verificada em um documento encontrado no Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba, que se refere à ocupação do cargo de Professor de Geografia do Colégio Estadual Lima Rebelo, por Clóvis Ximenes de Melo. Este documento

foi expedido e assinado pelo Governador Chagas Rodrigues, em 24 de novembro de 1960, como pode ser visto abaixo:

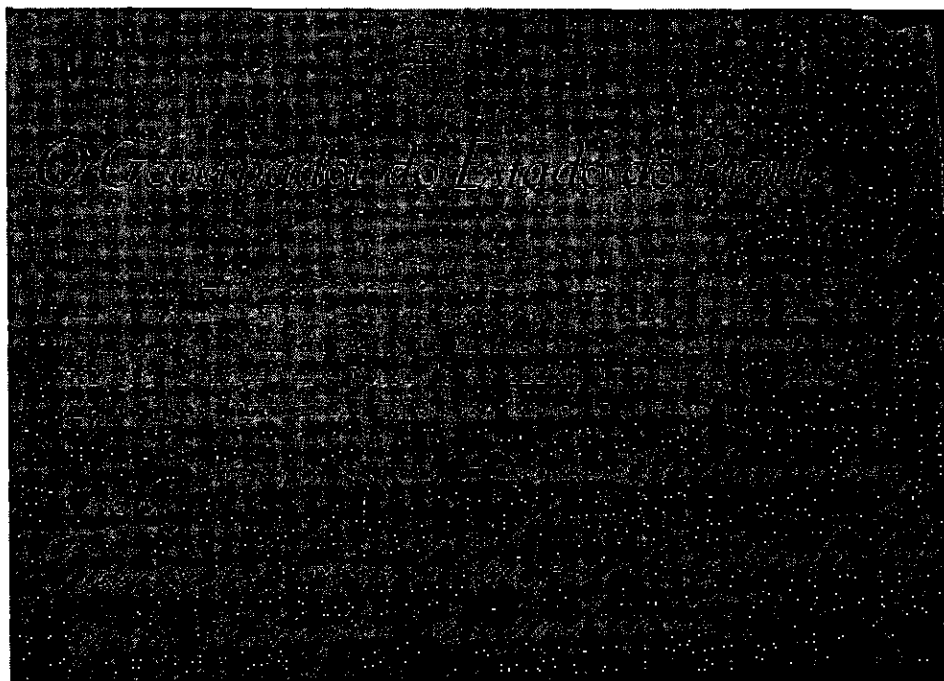


FIGURA 5 – Decreto para a ocupação do cargo de professor de Geografia do Colégio Estadual Lima Rebelo
FONTE: Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba, 2010

No artigo nº 6 da Lei de Estadualização, ficou assegurado que os professores e os funcionários administrativos que trabalhavam nos estabelecimentos oficializados, teriam a contagem do tempo de serviços prestados para todos os feitos legais. No Instituto Histórico de Parnaíba, também foi encontrado um documento no qual Clodoveu Felipe Cavalcante de Miranda, que desde 1937 era membro da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, requeria, baseando-se na referida lei, a expedição do seu título de efetivação e o pagamento correspondente a 2/3 de seus vencimentos mensais. A Lei da Estadualização finaliza com o artigo nº 9, deixando claro que os bens patrimoniais da Sociedade Civil passariam a ser riquezas do estado piauiense.

O governador Chagas Rodrigues foi à Parnaíba, especialmente para assinar a Lei Estadual nº 1892 de 21 de novembro de 1959, como já foi exposto anteriormente neste trabalho. Em relação a isto e à presença do bispo de Parnaíba no momento da assinatura da Lei de Estadualização, no jornal Gazeta do Piauí, exemplar de domingo 31 de janeiro de 1960, encontra-se que:

No dia 22 [grifo meu] de novembro do ano passado, quando Parnaíba recebia em festa a seu novo e amado Bispo, D. Paulo Hipólito de Souza Libório. S. Excia. O Governador do Estado Dr. Chagas Rodrigues, assinou, em memorável sessão ao Colégio Parnaibano, a Lei nº 1892, de 21 de novembro de 1959, estadualizando o referido Educandário e a Escola Normal de Parnaíba (p. 7).

Provavelmente foi neste dia, que o governador Chagas Rodrigues foi fotografado, rodeado pelos alunos dos estabelecimentos que foram oficializados, conforme pode ser visto abaixo:



FIGURA 6 – O governador Chagas Rodrigues e alunos, após a estadualização
 FONTE: PIRES, José Nelson de C. *Por que Parnaíba Cidade Universitária?* (2009, p. 22).

Nesta fotografia, as normalistas estão vestindo saia abaixo do joelho, gravata, blusa de mangas compridas e luvas, sendo que duas delas estão apenas segurando as suas luvas. A vestimenta dos alunos parece ser um traje social, utilizado em festividades cívicas. A postura bem ereta dos sujeitos nesta imagem revela o condicionamento aplicado no comportamento das pessoas no que se relacionava à escola neste período, mesmo que este evento seja uma solenidade única. Há uma mulher ao lado do governador que no momento da pesquisa não se identificou quem era.

Assim sendo, pode-se considerar que o momento da Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano foi um evento que deixou marcas na memória da sociedade parnaibana, mesmo que os seus resultados não tenham atingido toda a população da cidade.

4.2 A prática educativa após a estadualização

Após a estadualização, a prática educativa do Colégio Estadual Lima Rebelo foi guiada por um Regimento Interno (documento encontrado no Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba) que definiu a finalidade, a organização, os aspectos administrativos e várias ações cotidianas da instituição. O Título I deste regimento refere-se ao colégio e à sua finalidade, afirmando que:

At. 1º - O Colégio Estadual 'Lima Rebelo', de Parnaíba, fundado em 11 de agosto de 1927, pela Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, e oficializado pelo Governador Chagas Rodrigues, em 21 de novembro de 1959 -- lei nº 1.892, tem por finalidade ministrar o ensino médio, visando à formação integral do adolescente, de modo a prepará-lo membro da comunidade humana.

Desta forma, a instituição teria o compromisso de formar integralmente os jovens, preparando-o para viver em sociedade. Mesmo que esta formação seja difícil de ser identificada e avaliada no comportamento dos jovens, esta finalidade atribuída ao colégio indica uma relação que a escola mantém com a sociedade. Também, conforme este artigo, a finalidade do Colégio Estadual logo após a estadualização é ministrar o Ensino Médio, porém, nos arquivos escolares encontrou-se um histórico escolar do curso ginásial do ano de 1960, um ano após a estadualização.

Apesar da demarcada finalidade de ministrar o Ensino Médio, o Regimento inclui na organização curricular do Colégio Estadual, as disciplinas referentes ao ciclo ginásial, que foram: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Física e Biologia, Inglês, Francês, Desenho, Org. soc./pol. do Brasil, Canto Orfeônico, Artes Industriais, Educação Física e Religião. Em um trecho do documento fica clara a prioridade das disciplinas de Português e Matemática. Outro grupo de disciplinas foi selecionado para o ciclo colegial, que foi constituído por: Português, Matemática, História, Ciências, Física, Química, Inglês, Desenho, Geografia, Filosofia, Francês, Latim, Estudos Sociais, Educação Física e Cultura Religiosa. Analisando, percebe-se que a organização curricular não sofreu muitas modificações com a estadualização.

Já o artigo 2º deste mesmo Regimento Escolar, afirma que: "Mantido pelo Governo do Estado, o Colégio Estadual 'Lima Rebelo' ministra ensino gratuito a educandos dos dois

sexos”. Isto provocou uma mudança nas relações cotidianas na instituição, pois se verificou que nos anos anteriores à estadualização, mulheres não estudavam neste estabelecimento de ensino, apenas na Escola Normal, mantendo contato com os homens somente nas festas de Colação de Grau.

Segundo o regimento, para ingressar no primeiro ano do curso ginásial, o aluno precisava enfrentar o exame de admissão. No ano seguinte à estadualização, a ocorrência do exame de admissão foi divulgada no jornal Gazeta do Piauí, conforme a imagem abaixo:

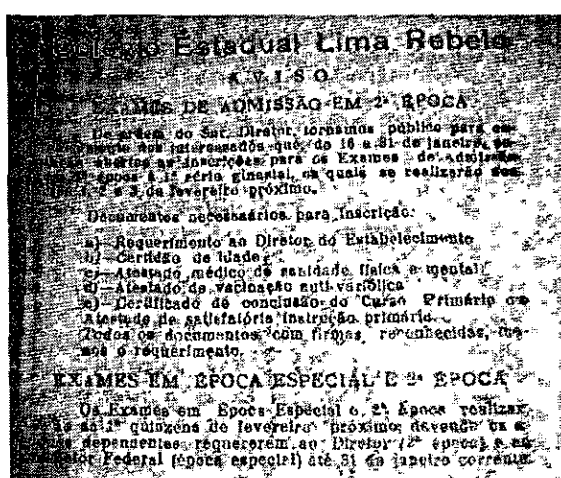


FIGURA 7 – Exame de admissão ao ginásio do Colégio Estadual Lima Rebelo
 FONTE: Jornal Gazeta do Piauí, 31 de dezembro de 1959

Entretanto, um ex-aluno entrevistado, que estudou no Colégio Estadual nos anos posteriores ao da estadualização, afirmou que não passou por seleção para poder estudar neste estabelecimento de ensino (seleção para “o segundo grau”): “Eu não passei por nenhuma forma de seleção pra chegar lá não” (SANTOS, 18 de junho de 2010). Para ele, a instituição atendia apenas ao “segundo grau”, não existindo o curso ginásial. Contudo, o entrevistado não conseguiu delimitar os anos que estudou no colégio, mas confirma a localização do prédio, no centro da cidade.

Sobre se existiam alunos pobres estudando na instituição, Santos (18 de junho, 2010) afirmou que:

Havia. Havia sim. Eu não diria pobre, mas aqueles, menos, tá certo? De menos poder aquisitivo como existe hoje. No é aquele que era realmente tido como pobre já que a escola exigia uma farda, a escola tinha suas exigências e naquela época muita

gente não podia nem frequentar a escola porque tinha q ter farda, tinha q ter... comprar livros então muita gente não tinha condição de satisfazer esta exigência da escola. Então tinha. Existia sim.

Esta fala revela que para Santos (18 de junho, 2010), após a estadualização, existiram pessoas pobres estudando na instituição. Entretanto, o entrevistado mostra-se meio confuso em razão de não saber caracterizar bem o que para ele seja uma pessoa pobre, pois parece entender que as pessoas que não tinham condições financeiras para comprar o fardamento e outras exigências escolares é que eram pobres, sendo que estas pessoas não tinham acesso ao ensino do estabelecimento educativo. Em um trecho seguinte da entrevista, quando interrogado se era pobre, Santos (18 de junho, 2010) respondeu que:

Eu acredito que sim. No é mas um pobre assim [...] de um pouquinho mais de poder aquisitivo porque eu podia comprar minha farda, eu podia comprar meu sapatinho, eu podia comprar meus livros, né. Meus pais sempre deram um jeito, como empregado público federal da gente andar sempre de acordo com a exigência da escola. Ele fazia o esforço e dava tudo certo.

Deste modo, o entrevistado considera que era um aluno pobre, mas que existiam jovens que viviam em uma condição econômica mais baixa que a sua, podendo ser considerados mais pobres que ele. Estes jovens mais pobres, para o entrevistado, como exposto acima, por causa de sua situação econômica, não tinham acesso ao ensino do Colégio Estadual.

Também, neste momento da entrevista, o ex-aluno versa sobre o apoio que sua família dedicava aos seus estudos. Uma educação democrática, que divida o saber de forma igualitária a todos os alunos e que sirva como pressuposto à ascensão social é uma visão que no imaginário social se atribui à escola de qualidade. Neste sentido, Bourdieu (1998, p. 61) afirma que:

[...] somente uma instituição cuja função específica fosse transmitir ao maior número possível de pessoas, pelo aprendizado e pelo exercício, as atitudes e as aptidões que fazem o homem 'culto', poderia compensar (pelo menos parcialmente) as desvantagens daqueles que não encontram em seu meio familiar a incitação à prática cultural.

Assim, a finalidade de formação humana proposta ao Colégio Estadual no seu Regimento Interno, após a estadualização, é algo positivo na composição de uma educação democrática que sirva de emancipação do sujeito em relação à sua condição social e econômica.

Este trabalho teve como delimitação temporal a transferência de prédio realizada dez anos após a Estadualização, assim como afirma Maria da Penha (1987, P. 169) em seu livro de crônicas sobre a cidade: “Em 1969, na belíssima tarde de 07 de Abril com a presença de Ministro de Estado, Governador do Piauí, Deputados, Prefeito Municipal e outras autoridades, foi inaugurado o bonito e novo prédio, com excelentes acomodações e requisitos, ali a Avenida Coronel Lucas, onde ainda hoje funciona”.

Sobre a construção deste prédio escolar, Pires (7 de maio, 2010) afirmou na entrevista que: “[...] inclusive o prédio onde funciona atualmente foi uma verba que eu consegui para comprar o terreno [...] começar a construção do prédio [...] ai eu me afastei da direção [...]”. Pires deixou claro que a construção da nova edificação foi uma necessidade, já que o prédio do Miranda Osório já não comportava todos os alunos do Colégio Estadual naquele período. O entrevistado permaneceu na direção do Colégio Estadual apenas um ano, como pode ser verificado na figura abaixo:

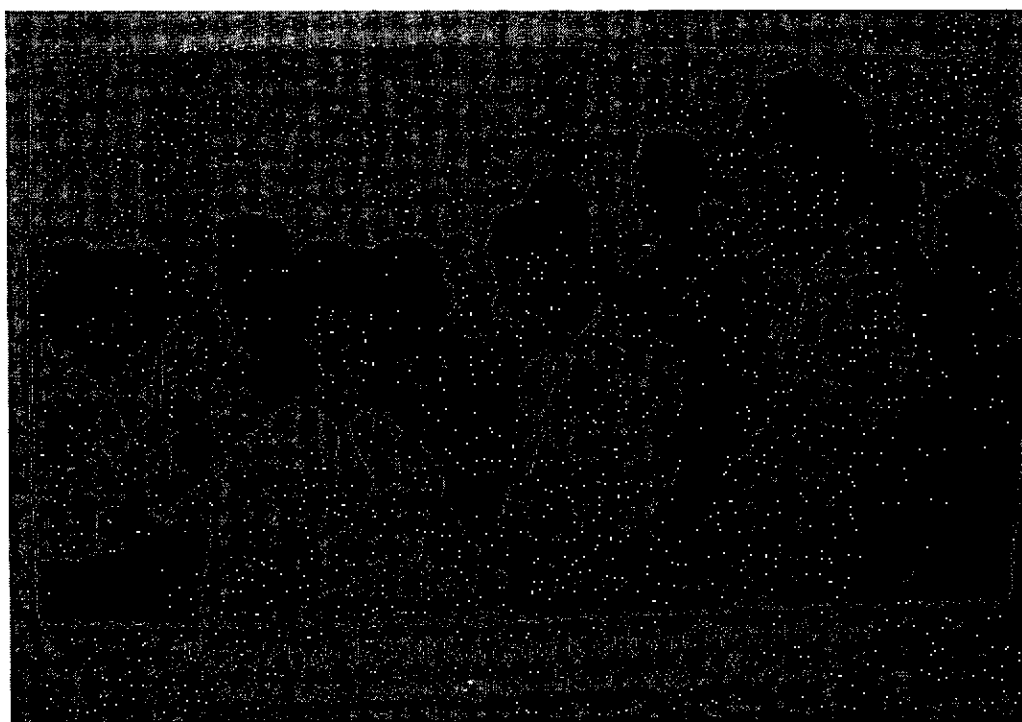


FIGURA 8 – Despedida de José Nelson como diretor do Colégio Estadual
FONTE: PIRES, José Nelson de C. *Por que Parnaíba Cidade Universitária?* (2009, p. 22).

Esta fotografia é uma imagem de um momento no qual José Nelson de Carvalho Pires relatou na entrevista cedida a este trabalho. Na sua despedida da direção do Colégio Estadual Lima Rebelo ocorreu um movimento dos alunos que numa reunião entregaram a ele alguns presentes.

Quando interrogado se o trabalho da direção do estabelecimento de ensino tinha algum significado, Pires (7 de maio, 2010) respondeu: “[...] Não. Eu a mim francamente não tinha o desejo de ser diretor não eu fui apenas porque o governador me disse eu quero que você assuma a direção do Colégio Estadual e separe o Colégio Estadual da Escola Normal [...]”. Esta fala contraria o bom relacionamento que Pires disse ter entre os alunos e professores, durante o ano em que foi gestor desta instituição.

Sobre a relação entre as práticas culturais e o significado atribuído a elas pelas pessoas, Certeau (1995, p. 141) afirma que: “[...] Para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza [...]”. Desta maneira, pode-se entender que a gestão deste estabelecimento de ensino não teve muita relevância na subjetividade do entrevistado que poderia ter mantido uma relação de maior proximidade com o cotidiano educativo desta instituição escolar.

Assim, apesar das políticas educacionais favorecerem a educação de Parnaíba, somente com a estadualização de dois estabelecimentos de ensino não foi possível ocorrer a democratização do ensino na sociedade parnaibana neste período cuja maioria social ainda não possuía uma formação cultural baseada no saber científico, para poder constituir de cultura erudita a sociedade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História de uma instituição escolar envolve práticas culturais porque além de ser um espaço educativo, o ambiente escolar é permeado por sujeitos com diversas subjetividades e sentimentos. Por isso, uma instituição escolar relaciona-se diretamente com a sociedade na qual está inserida, tanto influenciando, como sendo influenciada por ela. Assim, a escola produz e transmite cultura.

Deste modo, verificou-se que antes da efetivação do processo de Estadualização da Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, já existia no imaginário social da cidade de Parnaíba, um sentimento em relação à criação de um estabelecimento de ensino público que ofertasse o curso ginásial aos jovens menos favorecidos economicamente. No decorrer deste trabalho, constatou-se que o poder público municipal atuou bastante neste processo de estadualização, através de uma ligação entre esta forma de poder e o estadual.

Nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Estadual houve uma ampliação na quantidade de alunos e mudanças no aspecto burocrático e administrativo que proporcionaram modificações nas relações vivenciadas pelos sujeitos que faziam o cotidiano desta instituição, mesmo que a observação de algumas fichas de alunos indicasse apenas uma mudança de nomenclatura deste estabelecimento de ensino. Já nos anos posteriores à assinatura da Lei de Estadualização, foram encontrados indícios de que o acesso às pessoas não tão sortidas economicamente foi ampliado.

A estadualização não se constituiu numa panacéia para todos os males da educação de Parnaíba na década de 1960, mas contribuiu para uma ampliação do ensino na medida em que possibilitou maiores oportunidades de educação aos cidadãos parnaibanos. Desta forma, o processo de estadualização abrangeu não somente os professores e estudantes do Colégio Estadual, mas também grande parte da sociedade, transmitindo-lhe práticas culturais.

Por fim, realizar um estudo pioneiro sobre uma instituição educacional pública da cidade de Parnaíba e as suas relações com as políticas públicas e a cultura dos indivíduos sociais, pode ser um esforço investigativo que não se finda neste trabalho, pois esta pesquisa monográfica pode suscitar novos estudos envolvendo esta temática, assim como ajudar na compreensão de outras investigações. A História da Educação em Parnaíba pode renovar-se e utilizar novos métodos de investigação a partir de estudos como este.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. **Escritura pública de certidão de doação**. Outorgante Prefeitura Municipal de Parnaíba. Outorgada Sociedade Civil Ginásio Parnaibano. 3 de setembro de 1945.

CAMPOS, João. Parnaíba e suas escolas. In: **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FONTE E SILVA, Maria da Penha. **Parnaíba, minha terra: crônicas**. Parnaíba, PI, 1987.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes; MELO, Salânia Maria Barbosa. **Narrativas historiográficas da cultura escolar piauiense – 1930/60**. Disponível em: http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiiencontro/gt11/narrativas_historiograficas.pdf Acesso dia 1 de junho de 2010.

GAZETA DO PIAUÍ. Parnaíba, PI: Matias Olímpio (Dr.), Ano IV, edição especial, nº503. Domingo 31 de janeiro de 1960.

_____. Parnaíba, PI: Matias Olímpio (Dr.). Domingo, 31 de dezembro de 1959.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2.^aed. São Paulo: Cortez, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista brasileira de história da educação**, nº 1, 2001.

MARQUES, Renato Neves. **O livro do centenário de Parnaíba 1894/1994**. Teresina: EDIUFPI, 1994.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98.

MENDES, Francisco Iweltiman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade**. Parnaíba: SIEART, 2007.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. **Educação franciscana: história e memória da experiência educativa em Parnaíba 1949-1964**. Teresina: Sieart, 2008.

OFÉLIO LEITÃO. Um ginásio para Parnaíba. **Aljava: órgão de propaganda comercial**. Parnaíba, Piauí, ano XXI nº 35. 16 de junho de 1956.

OLIVEIRA, Maria Christina de Moraes Souza. **Parnaíba: das primeiras escolas aos cursos universitários**. Teresina, FUFPI, 1993.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1992, p.7-30.

PASSOS, Caio. **Cada rua sua História: Parnaíba-PI**, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jataí. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIAUI. **Lei Estadual nº 1892 de 21 de novembro de 1959**. Oficializa o Colégio Parnaibano e a Escola Normal de Parnaíba e da outras providências. Governo do Estado do Piauí.

PIAUI. **Requerimento de Clodoveu Felipe Cavalcante**. Recebido em 5 de abril de 1960. Palácio do Governo do Estado do Piauí, protocolo nº 1713, em 12 de abril de 1960.

PIRES, José Nelson de Carvalho Pires. **Por que Parnaíba Cidade Universitária?** Parnaíba: SIEART, 2009.

PONTE, Maria Gláucia Ferreira da. **As representações sociais da escola pública nos jornais de Teresina (1960 – 1989)**. Dissertação de Mestrado apresentada do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina 2005.

Disponível em:

<http://www.ufpi.br/mesteduc/dissertacao/2005/represent_sociais_mariag.pdf>. Acesso em: dia 1 de junho de 2010.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

REGIMENTO INTERNO. Colégio Estadual Lima Rebelo.

REVISTA DA PARNAÍBA. Nelson Martins Chaves e Nicodemos Alvez Ramos. nº 1, ano I, 1960.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 30. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2006.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: SAVIANI, Dermeval (et al). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval (et al). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUSA NETO, Marcelo de. O Piauí e sua instrução pública (1730-1824). In: AMORIM LIMA, Frederico Osanan, et al (org.). **História da educação e práticas pedagógicas**. Siart, 2008.

Entrevistas

ATAIDE, Carlos Henrique Pires de. RG: 126.169. Profissão: Aposentado. Filiação: Candido de Almeida Athayde e Altair Pires Athayde. Nacionalidade: Brasileira. Parnaíba, 23 de abril de 2010. **Entrevista** concedida à Sabrina Araujo Castro para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História – UESPI/PARNAÍBA.

PIRES, José Nelson de Carvalho. RG: 2978-A. Profissão: Professor. Filiação: Nelson Pires Aves e Adalgisa de Carvalho Pires Alves. Nacionalidade: Brasileira. Parnaíba, 7 de maio de 2010. **Entrevista** concedida à Sabrina Araujo Castro para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História – UESPI/PARNAÍBA.

SANTOS, José Antonio de Sousa. RG: 99528. Profissão: Professor Aposentado. Filiação: Antonio Fernando de Sousa e Maria Fernando de Sousa. Nacionalidade: Brasileira. Parnaíba, 18 de junho de 2010. **Entrevista** concedida à Sabrina Araujo Castro para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História – UESPI/PARNAÍBA.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com Carlos Henrique Pires de Ataíde

1. Qual o seu nome?
2. Quando e onde nasceu?
3. Quando você começou a estudar no colégio? Você lembra o ano e a sua idade? E quando terminou?
4. A que nível de ensino a escola atendia?
5. Você lembra quando o colégio passou a atender ao científico? Neste momento, mudou de nome?
6. Você lembra se passou por alguma forma de seleção para poder estudar lá?
7. O colégio era uma instituição privada?
8. Quem fazia parte da associação de professores? Era ela quem mantinha a escola?
9. Você se lembra da Escola Normal?
10. Como era o bairro onde o colégio se localizava?
11. Em relação ao prédio do colégio, você lembra se era amplo?
12. O que você mais lembra sobre o prédio? Era limpo?
13. O prédio tinha alguma importância para você? Transmitia alguma imagem?
14. Como era o momento da entrada no colégio? E o da saída?
15. Você lembra como se vestia para ir ao colégio?
16. Você tinha muitos amigos? Homens e mulheres?
17. No colégio estudavam mulheres? Existiam turmas mistas?
18. Havia alunos pobres e ricos? E negros?
19. Se sim, havia diferenças entre pobres e ricos?
20. Qualquer pessoa podia estudar lá, ou tinha alguma forma de seleção dos alunos?
21. Como eram as festas cívicas? Desfiles de 7 de setembro?
22. Quais eram os principais professores? O que você mais lembra em relação a eles?
23. Como os professores eram vistos pelos alunos? Possuíam autoridade?
24. Quem dirigia a escola?
25. A sua família apoiava os seus estudos? Seus familiares viam a educação como algo importante para a sua vida?
26. Como você se divertia nesta época?
27. Existiam outras escolas de ginásio e científico na cidade? Públicas?
28. Você se lembra dos seus colegas do colégio? Qual a profissão eles seguiram?
29. Qual imagem tinha educação pública em Parnaíba nesta época?
30. Como você avalia a educação daquele período?

APÊNDICE B – Termo de cessão gratuita de direitos sobre depoimento oral

**TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE
DEPOIMENTO ORAL**

CEDENTE: Paulo Henrique Pires de Ataíde
 nacionalidade BRAS., estado civil CASADO, profissão
 _____, portador da Cédula de Identidade RG/Cédula nº
126.169, emitida pelo S.S.P. PI, domiciliado e residente na
 Rua/Av./Praça S^{to} Antonio, 702 de filiação: pai
CAUÍDIO DE ALMEIDA ATHAYDE e
 mãe ALTAIR PIRES ATHAYDE.

CESSIONÁRIO: SABRINA ARAUJO CASTRO - RG 2.684.322, estabelecido na Rua Armando-Bulamarque, nº 935, Parnaíba - PI, Bairro São Francisco.

OBJETIVO: Entrevista gravada para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI/PARNAÍBA.

DO USO: Declaro ceder a SABRINA ARAUJO CASTRO sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento, de caráter histórico e documental que prestei, na cidade de PARNAÍBA, em 23/04/2010, num total de 46:25 tempo gravado. SABRINA ARAUJO CASTRO fica conseqüentemente, autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimentô, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Parnaíba, 23 de abril de 2010

Paulo Henrique Pires de Ataíde
 Assinatura do Depoente/Cedente

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com José Nelson de Carvalho Pires

1. Qual o seu nome?
2. Quando e onde você nasceu?
3. Qual a sua formação profissional?
4. Você foi diretor do estadual por quanto tempo? E foi professor?
5. Você atuou em alguma área diferente da educação?
6. Você participou da estadualização do Colégio Parnaibano?
7. O que motivou a estadualização?
8. De que forma ocorreu? Quem participou?
9. Você era o secretário de educação do município de Parnaíba?
10. Os alunos ficaram sabendo? Deram opiniões?
11. Os pais foram consultados?
12. Após a estadualização, você percebeu alguma mudança na instituição?
13. Você acha que a estadualização foi importante para o colégio?
14. E para a sociedade? Repercutiu?
15. Como a sociedade via os estudantes do Estadual?
16. A estadualização do Colégio Parnaibano foi uma necessidade de Parnaíba?
17. Como foi o seu ingresso na direção do colégio estadual?
18. Para você, ser diretor tinha algum significado?
19. Como era o trabalho do diretor? Quais as principais funções?
20. Como era o seu relacionamento com os alunos? Os professores e a direção eram vistos com respeito por eles?
21. Qual apoio você recebia do governo estadual? Tinha recursos financeiros?
22. De que forma ocorria a manutenção do prédio?
23. Quais as principais dificuldades que você encontrou no seu trabalho como diretor?
24. Você avalia a educação pública na época que foi diretor?
25. Para você, qual a importância do Colégio Estadual para a sociedade parnaibana?

APÊNDICE D – Termo de cessão gratuita de direitos sobre depoimento oral

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

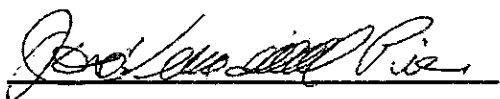
CEDENTE: JOSE NELSON DE CARVALHA PIRES,
nacionalidade BRASILEIRO, estado civil CASADO, profissão
PROFESSOR, portador da Cédula de Identidade RG/Cédula nº
9978-A, emitida pelo SEC. SEC. PIAUI domiciliado e residente na
Rua/Av./Praça- ARMANDO CASUBA 865. Filiação: pai
NELSON PIRES ALVES e
mãe ADALGISA DE CARVALHO PIRES ALVES.

CESSIONÁRIO: SABRINA ARAUJO CASTRO - RG 2.684.322, estabelecido na Rua
Armando Bulamarque, nº 935, Parnaíba – PI, Bairro São Francisco.

OBJETIVO: Entrevista gravada para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/PARNAÍBA.

DO USO: Declaro ceder a SABRINA ARAUJO CASTRO sem quaisquer restrições quanto
aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do
depoimento de caráter histórico e documental que prestei, na cidade de
PARNAÍBA, em 7 105 2010, num total de 46:25 tempo
gravado. SABRINA ARAUJO CASTRO fica conseqüentemente, autorizada a utilizar,
divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte,
editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Parnaíba, 7 de Maio de 2010



Assinatura do Depoente/Cedente

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista com José Antonio de Sousa Santos

Objetivo: Registrar memórias de vida escolar no Colégio Estadual Lima Rebelo

1. Qual o seu nome?
2. Quando e onde você nasceu?
3. Era um colégio público?
4. Qual o nível de ensino que o colégio atendia?
5. Você lembra se passou por alguma forma de seleção para poder estudar lá?
6. Onde se localizava a escola?
7. Como era Parnaíba neste período? Existiam muitos bairros? Avenidas?
8. Como era o bairro onde a escola se localizava?
9. Em relação ao prédio do colégio, você lembra se era amplo? Qual o tamanho das salas e outros ambientes?
10. O que você mais lembra sobre o prédio? Era limpo?
11. O prédio tinha alguma importância para você? Transmitia alguma imagem?
12. Como era o momento da entrada no colégio? E o da saída?
13. Você lembra como se vestia para ir ao colégio?
14. Como era a farda das meninas?
15. De quais professores você mais lembra?
16. Como os professores eram vistos pelos alunos? E dentro da sociedade parnaibana?
17. De que forma os professores ensinavam? Tinha trabalho, leituras?
18. Os professores eram rígidos?
19. Existiam turmas mistas?
20. Você tinha muitos amigos? Homens e mulheres?
21. Os meninos eram tratados iguais às meninas?
22. Havia alunos pobres e ricos? E negros?
23. Se sim, havia diferenças entre pobres e ricos?
24. Qualquer pessoa podia estudar lá, ou tinha alguma forma de seleção dos alunos?
25. Como eram as festas cívicas? Desfiles de 7 de setembro.
26. Como a escola pública era vista dentro da sociedade?
27. Quando você estudava, qual era a importância do Colégio Estadual para a sociedade?
28. Em relação a sua experiência de professor, no dia-a-dia do Colégio Estadual você encontrou alguma diferença da época em que era aluno?

APÊNDICE F – Termo de cessão gratuita de direitos sobre depoimento oral

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE: Jose Antonio de Sousa Santos,
 nacionalidade brasileiro, estado civil casado, profissão
professor aposentado, portador da Cédula de Identidade RG/Cédula nº
99528, emitida pelo SSP-PI, domiciliado e residente na
 Rua/Av./Praça Rua Ramiro Santos, nº 3. Filiação: pai
Antonio Fernando de Sousa e
 mãe Maria Fernando de Sousa.

CESSIONÁRIO: SABRINA ARAUJO CASTRO - RG 2.684.322, estabelecido na Rua
 Armando Bulmarque, nº 935, Parnaíba - PI, Bairro São Francisco.

OBJETIVO: Entrevista gravada para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura
 Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI/PARNAÍBA.

DO USO: Declaro ceder a SABRINA ARAUJO CASTRO sem quaisquer restrições quanto
 aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do
 depoimento de caráter histórico e documental que prestei, na cidade de
Parnaíba, em 18/06/2010, num total de 35:03 tempo
 gravado. SABRINA ARAUJO CASTRO fica conseqüentemente, autorizada a utilizar,
 divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte,
 editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo
 suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Parnaíba, 18 de junho de 2010

Jose Antonio de Sousa Santos

Assinatura do Depoente/Cedente